

ATA N.º 22 (REUNIÃO PÚBLICA)

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, na Cidade de
Ourém, no edifício sede deste Município e na Sala de Reuniões, à hora designada,
reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do
Excelentíssimo Presidente, Senhor LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO
COUTINHO ALBUQUERQUE, os Senhores Vereadores: CÍLIA MARIA DE JESUS
SEIXO, NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS, JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS, MARIA
ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA, RUI MANUEL SIMÕES
VITAL e ESTELA AUGUSTA RITO RIBEIRO, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves,
Chefe da Divisão de Apoio a Fundos Comunitários, Projetos e Expediente
OOXXXOO
000
ABERTURA DA REUNIÃO
O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E
FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM
DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º, DO ANEXO I À
LEI N.° 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
ooxxxoo
000
<u>INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE</u>
De acordo com o que foi deliberado na reunião de 30 de outubro de 2017, a
Câmara abriu o período para intervenção do público, tendo verificado que não se
encontrava presente nenhum munícipe
ooxxxoo
000
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
Nos termos do artigo 52.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o
Senhor Presidente tomou a palavra, para apresentar as seguintes declarações:
1. " <u>Um ano após as eleições</u>
Ao dia de hoje perfaz, exatamente, um ano da data do ato eleitoral que nos colocou
nestas funções, enquanto fiéis representantes de Ourém e da sua gente
Não querendo fazer nenhum balanço, que ficará para outra oportunidade, apenas

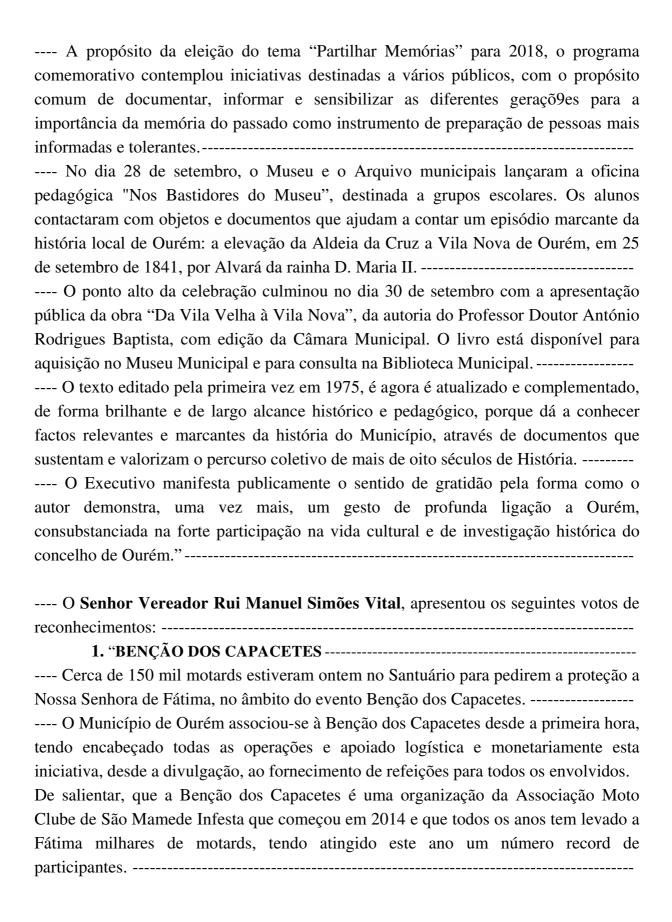
quero manifestar, que decorrido este ano, julgo que todos, enquanto executivo



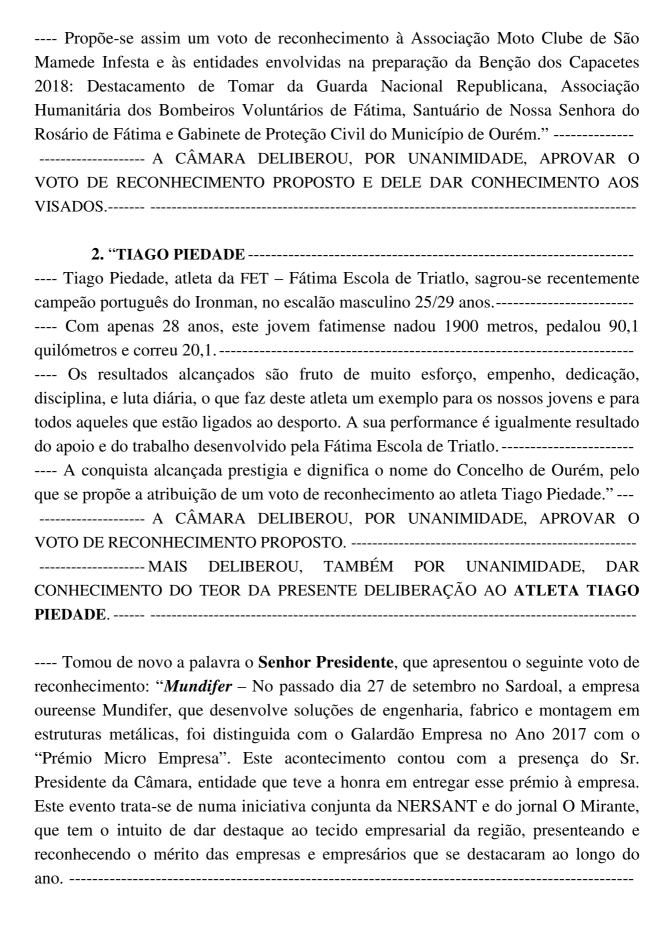
2. "Apoio à natalidade --------- No passado dia 29 de setembro, no edifício da Câmara Municipal decorreu uma sessão pública de entrega dos primeiros 34 cheques de apoio à natalidade, ou seja, o resultado dos primeiros incentivos aos nossos filhos, aos filhos Oureenses. ---------- Sentimos uma enorme felicidade por assistir à aderência dos Oureenses sintomático da necessidade e da pertinência desta medida. Por diversas vezes abordámos esta iniciativa, não por congratulação de mais uma bandeira eleitoral cumprida, que também o é, mas por considerarmos de extrema importância o resultado deste apoio: primeiramente, por criarmos políticas concretas de apoio à natalidade e à família, e posteriormente pela definição de uma estratégia, que visa o crescimento demográfico das nossas terras, vilas e cidades.--------- Este gesto público e simbólico traduz o momento a partir do qual podemos e devemos afirmar que temos um Município mais amigo das famílias, mais preocupado com as condições das gerações futuras. Esta é uma clara manifestação de que a nossa gestão executiva não só se faz para o dia seguinte, mas os anos e décadas seguintes.------- Solicitamos a todos vós que possam continuar a ser embaixadores desta iniciativa pois que frutos serão merecidamente recolhidos por todos nós." ---------- Seguidamente o Senhor Presidente deu a palavra aos Senhores Vereadores para tratamento de assuntos gerais para a autarquia. ---------- Tomou a palavra o **Senhor Vereador Natálio de Oliveira Reis**, que apresentou a declaração, que a seguir se transcreve: "COMEMORAÇÕES DO DIA MUNDIAL DO TURISMO EM OURÉM ---------- O Município de Ourém e a ACISO - Associação Empresarial de Ourém-Fátima, em parceria com a Escola de Hotelaria de Fátima e a ADIRN, levaram a cabo um conjunto

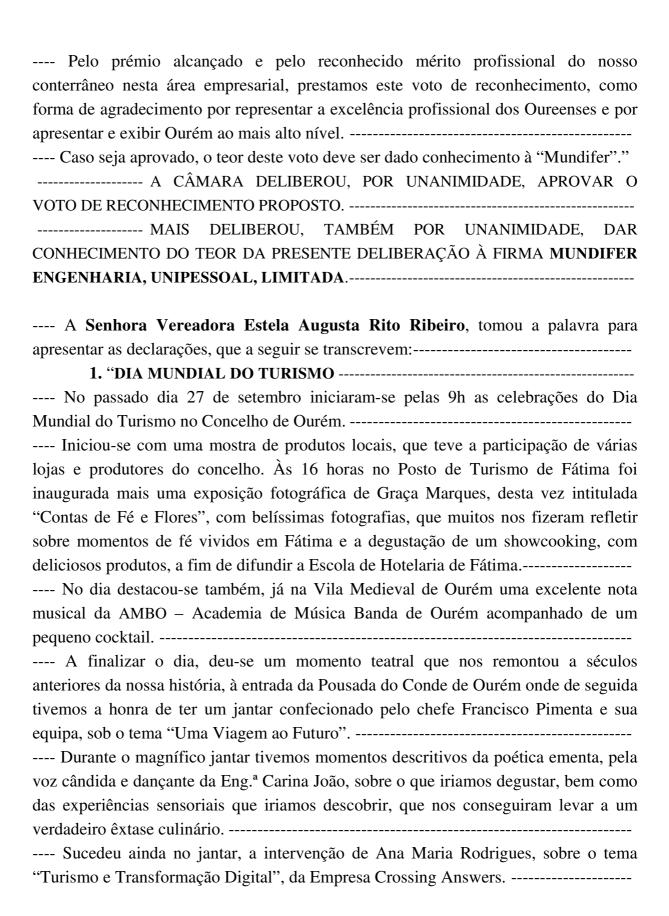
de atividades que possibilitaram destacar o dia 27 de setembro como dia Mundial do
Turismo
As atividades deste dia tiveram início com uma ação de rua com vista à promoção
dos produtos regionais. Durante todo o dia, na Praça Kondor, em Fátima, uma dezena
de expositores tiveram a oportunidade de promover os seus produtos: doces, vinhos,
azeites, bordados, esculturas em pedra, em outros
Salientando o tema deste dia proposto pela Organização Mundial do Turismo,
"Turismo e a Transformação Digital", os alunos de Turismo da Escola de Hotelaria de
Fátima entrevistaram os turistas sobre os seus hábitos na utilização dos meios digitais
na obtenção de informação, no planeamento das suas viagens e na reserva dos
serviços. Os alunos distribuíram ainda convites aos turistas para visitar a Vila
Medieval de Ourém e a Casa do Administrador
Na tarde deste dia, no Posto de Turismo de Fátima, ocorreu a inauguração da
exposição de fotografia de Graça Marques intitulada "Contas de Fé e Flores", seguida
de um momento de showcooking pelos alunos da Escola de Hotelaria de Fátima
O Dia Mundial do Turismo fica marcado pelo serão em plena Vila Medieval de
Ourém. No Largo do Pelourinho os participantes foram presenteados com um
momento musical da Academia de Música Banda de Ourém (AMBO) e uma peça de
teatro denominada "Os Condestáveis", assegurada pela ADIRN
Para um grupo de 60 pessoas (grande parte deles empresários e profissionais do
turismo), foi servido um jantar na Pousada Conde de Ourém denominado: "Uma
viagem ao futuro", da responsabilidade do Chef Francisco Pimenta e servido pelos
alunos da Escola de Hotelaria de Fátima
Durante o jantar, os oradores convidados Ana Rodrigues e Tiago Almeida, da
empresa Crossing Answers, efeturam uma apresentação subordinada ao tema
"Turismo e Plataformas Digitais"
O programa deste dia encerrou com os discursos oficiais do Presidente da ACISO
Domingos Neves e do Presidente da Câmara Luís Miguel Albuquerque."
De seguida tomou a palavra a Senhora Vereadora Maria Isabel Tavares
Cardoso Justa de Sousa Costa, para apresentar a declaração, que a seguir se
transcreve: "Jornadas Europeias do Património 2018
De 28 a 30 de setembro, o Município de Ourém associou-se à celebração das
Jornadas Europeias do Património, iniciativa anual do Conselho da Europa e da União
Europeia, que envolve cerca de 50 países e que tem como objetivo a sensibilização dos
cidadãos para a importância da proteção do Património













as entidades intervenientes na organização dos diferentes eventos."------2. "UNIDADE ESPECIAL PARA DOENTES DE ALZHEIMER EM FÁTIMA ---- No passado dia 21 de setembro a Santa Casa da Misericórdia de Fátima inaugurou a única unidade do Distrito de santarém para doentes de Alzheimer. ---------- A sensibilidade, a determinação e esforço da equipa da Santa Casa da Misericórdia de Fátima e da Provedora Fernanda Rosa, são notáveis! Uma ideia que responde a uma necessidade, infelizmente, cada vez mais comum e dolorosa para os doentes, familiares e comunidade em geral e cujas respostas sociais, em termos de apoio aos doentes e família é absolutamente limitada e quase inexistente. --------- É um orgulho para Fátima e para o concelho de Ourém contarmos com este apoio e é também uma enorme satisfação ver a qualidade humana das pessoas que se envolveram neste projeto por quatro anos e o conseguiram concretizar. ---------- Muitas felicidades a todos os intervenientes: doentes, famílias e funcionários, com um obrigado à Paróquia pela cedência das instalações. --------- É a colaboração das instituições, a união das pessoas, e a força das ideias, que fazem funcionar uma comunidade viva, atuante e interventiva. --------- Os vereadores do PS querem deixar aqui expresso o nosso grande orgulho à iniciativa e um especial agradecimento ao convite endereçado." ---------- Por fim tomou a palavra a **Senhora Vereadora Cília Maria de Jesus Seixo**, para apresentar a declaração que a seguir ser reproduz na íntegra: "BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE OURÉM EM CONFLITO COM EXECUTIVO --------- Faz exatamente hoje um ano que este executivo foi eleito. O Sr. Presidente deunos conta disso logo de manhã numa publicação no Facebook. Renovamos os parabéns pela vitória obtida e compreendemos a sua satisfação porque o caminho que percorreu para alcançar essa vitória foi duro e a sua determinação ainda maior. ---------- Passado um ano à frente do executivo, no entanto, não o podemos felicitar do mesmo modo. Pelo contrário, somos obrigados a manifestar o nosso pesar pela forma autista como está a gerir o município. -----



---- E vamos começar pela atual e crescente polémica, falta de diálogo e alguma prepotência que se tem instalado na relação do executivo com as corporações de bombeiros do concelho. Parece que, para além do controle e manipulação da informação, há inverdades que têm sido transmitidas para a comunicação social relativamente à boa vontade, solidariedade e colaboração do executivo com as Corporações de Bombeiros de Ourém. --------- Para não faltar à verdade, sublinho que o conflito instalado não é apenas com uma das corporações, mas é com todas, exceto Caxarias. --------- Depois de se ter anunciado por diversas vezes e em diversas circunstancias um aumento de reforço das verbas de apoio aos bombeiros de 10%, verificamos que esta percentagem de aumento é muito inferior à esperada pelas associações e não serve para fazer face às despesas correntes a que o protocolo que irá ser assinado diz respeito. --------- Quando todos esperavam que este ano o aumento fosse na ordem dos 20%, o que, segundo as associações, não seria muito face ás despesas correntes que têm vindo a ser cada vez maiores, o executivo apresenta um protocolo de 10%.--------- Esperavam os vereadores do PS pela resposta das Associações a esta proposta... e, pelo que sabemos, ficaram as associações à espera de uma reunião para negociar as condições do protocolo apresentado pelo executivo. --------- Ficámos todos à espera, mas as associações nunca foram convocadas para uma reunião nem ouvidas! Depois de uma rápida reunião com os comandantes das corporações para discutir as PPI, não o protocolo de cedência de verbas, o executivo decide, apenas por sua conta, sem ouvir as direções das associações humanitárias, impor a verba que entendeu, de forma autocrata impor as condições que entendeu.-------- Na última reunião camarária, é-nos apresentada uma proposta de reanalise do conteúdo dos protocolos de colaboração com as Associações de Bombeiros do Concelho de Ourém, porque se tinham detetado lacunas. Partimos do pressuposto, como aliás, declarámos, que o executivo tinha verificado o seu erro e, de forma consciente, responsável e consensual, tinha, de acordo com as associações, emendado o erro. Mas não!!! Essa alteração, aprovada nesta reunião, parece que não resultou do consenso ou sequer da audição de **TODAS** as corporações do concelho. Curiosamente, essas lacunas e a alteração ao protocolo inicial foram cirurgicamente orientadas apenas para as secções. --------- Quando todos sabemos os desafios e as dificuldades que os bombeiros têm enfrentado nos últimos anos em termos de pessoal, de equipamentos, manutenção de viaturas, que acarretam aumento de despesas correntes; quando todos sabemos

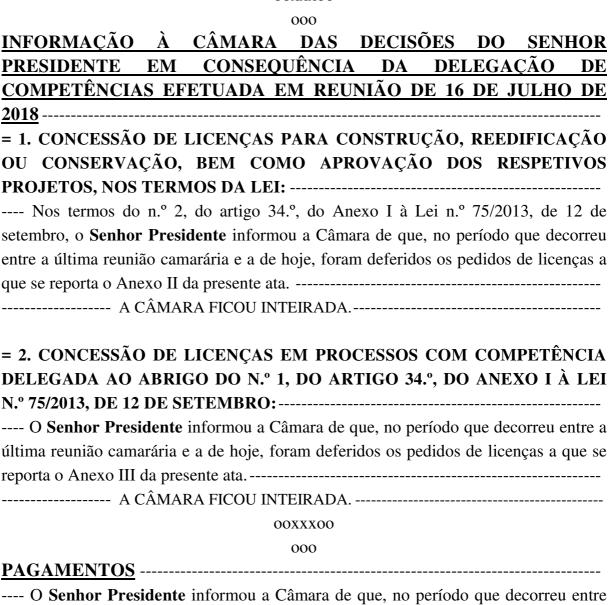


também do contexto económico mais favorável em termos nacionais e municipais, o executivo opta por fechar os cordões à bolsa, não se preocupando em contemplar ou sequer ouvir da boca dos representantes das associações, as necessidades efetivas das corporações! Pelo contrário, de forma autista, recusa-se a dialogar, impõe de forma arbitrária a sua "verdade", e dispõe-se a arriscar sufocar o funcionamento e a gestão corrente das corporações! Porque é disso que se trata: poupança mesquinha e uso arbitrário do poder! Se publicamente para vender a imagem do executivo se contam glórias, boa vontade e altruísmo, na verdade, fomenta-se a discórdia entre as corporações do concelho, não se dialoga com parceiros fundamentais para a vida da comunidade e não se faz face às necessidades de gestão corrente dos bombeiros!--------- Na verdade, os valores a transferir para as Associações Humanitárias de Bombeiros estão, segundo as associações, muito aquém do necessário para apoiar o serviço de proteção civil que elas prestam na sua zona de intervenção. Os valores a transferir são para apoiar a despesa corrente inerente ao serviço de proteção civil. Não podem ser direcionados para outras rubricas que se prendem com pequenos investimentos que necessariamente têm que ser feitos para manter a qualidade dos serviços e equipamentos. ---------- Uma outra questão geradora de polémica e de mal-estar entre as associações e o município são os Planos Prévios de Intervenção; o argumento da proximidade à partida é forte e parece lógico; a questão é: porque gerou tanta polémica? É que proximidade não garante eficácia nem qualidade dos serviços. Chegar depressa não significa ter o melhor atendimento nem dá garantia de efetiva proteção; porque nunca ouvimos os argumentos de quem se opõe a este novo redimensionamento das zonas de intervenção? O que está por trás e para além desta medida, que faz com que andem a ser distribuídos à população autocolantes para colocar no frigorifico com o número de telefone de uma das corporações do concelho? Em risco e em perigo os cidadãos não devem telefonar para o 112?? Porque chegam duas ambulâncias...? Não será porque está a haver um mau uso dos serviços? E nesse caso, não seria mais obvio combater esse mau uso em vez de alterar as zonas de intervenção e fomentar o conflito entre corporações?--------- Senhor Presidente, os vereadores do Partido Socialista gostariam de ver promovida



---- O **Senhor Presidente** esclareceu que os protocolos recentemente aprovados estabelecem um apoio financeiro superior ao anteriormente definido, não tendo o Município, atualmente, capacidade para assumir um montante superior. Sublinhou ainda que, para além deste apoio financeiro, a Autarquia financia o seguro de acidentes pessoais dos elementos das corporações de bombeiros e os subsídios de refeição. ------

ooxxxoo



---- O **Senhor Presidente** informou a Câmara de que, no período que decorreu entre 14 e 28 de setembro findo, foram efetuados os pagamentos, a que se reportam as autorizações a seguir indicadas, que colocou à disposição de todos, para efeitos de consulta e confirmação, no valor de 1.184.580,27€: 2088, 2636 a 2639, 2668 a 2676, 2679, 2680, 2682, 2689, 2690, 2696,2698 a 2702, 2706 a 2723, 2725, 2726, 2728, 2731 a 2747, 2750, 2752 a 2755, 2758 a 2762, 2764, 2767 a 2771, 2773, 2774, 2805,



2811 a 2819, 2821, 2822, 2824 a 2838, 2840 a 2849, 2851 a 2861, 2862/1, 2863/1, 2863/2, 2864/1, 2864/2, 2864/3, 2864/4, 2864/5, 2865/1, 2865/2, 2865/3, 2865/4, 2865/5, 2866/1, 2866/2, 2866/3, 2866/4, 2866/5, 2866/6, 2866/7, 2867/1, 2867/2, 2867/3, 2867/4, 2867/5, 2868/1, 2868/2, 2868/3, 2868/4, 2868/5, 2868/6, 2868/7, 2869/1, 2869/2, 2869/3, 2869/4, 2869/5, 2870/1, 2870/2, 2870/3, 2870/4, 2870/5, 2771/1, 2871/2, 2871/3, 2871/4, 2871/5, 2871/6, 2871/7, 2872/1, 2872/2, 2872/3, 2872/4, 2872/5, 2872/6, 2873/1, 2873/2, 2873/3, 2873/4, 2873/5, 2873/6, 2873/7, 2873/8, 2874/1, 2874/2, 2875/1, 2875/2, 2875/3, 2875/4, 2875/5, 2875/6, 2876/1, 2876/2, 2876/3, 2876/4, 2877/1, 2877/2, 2877/3, 2877/4, 2877/5, 2877/6, 2877/7, 2878/1, 2878/2, 2879/1, 2880/1, 2880/2, 2880/3, 2880/4, 2881/1, 2881/2, 2881/3, 2881/4, 2881/5, 2881/6, 2882/1, 2882/2, 2882/3, 2883 a 2888, 2891 a 2895, 2897 a 2922, 2925 a 2959, 2961, 2962, 2964, 2965, 2968 a 2971 e 2975. ------------ A CÂMARA FICOU INTEIRADA. ------

ooxxxoo

000

APROVAÇÃO DE ATAS-----

----- AO ABRIGO DO PRECEITUADO NO ARTIGO 57.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA DA REUNIÃO DE 17 DE SETEMBRO DE 2018. ------- FOI DISPENSADA A SUA LEITURA, POR TER SIDO PREVIAMENTE DISTRIBUÍDA POR TODOS OS MEMBROS DA CÂMARA. -----

ooxxxoo

000

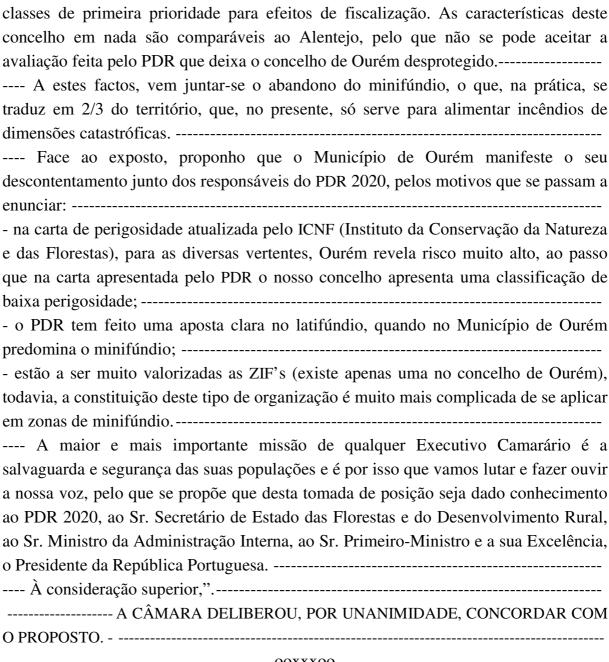
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2020-----

= REPROVAÇÃO DE PROJETOS = ------

---- No âmbito do assunto supra referido, foi apresentada a proposta n.º 14/2018, datada de 24 de setembro findo, subscrita pelo Senhor Vereador Rui Manuel Simões Vital, que a seguir se reproduz na íntegra: "Após várias tentativas para a aprovação de 21 projetos de prevenção de incêndios apresentados pelas diversas freguesias e pelo próprio Município, e depois de efetuada uma análise minuciosa aos motivos pelos quais os referidos projetos foram reprovados, apresentada aos responsáveis pelo Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) em reunião decorrida no passado dia 03 de setembro, concluiu-se que o PDR utiliza mapas cujos dados não são atualizados anualmente situação que dá uma falsa perspetiva da realidade. --------- Para efeitos da aprovação de projetos no PDR, Ourém, Leiria e Tomar estão na

classe de perigosidade mais baixa como, por exemplo, todo o Alentejo, estando nas



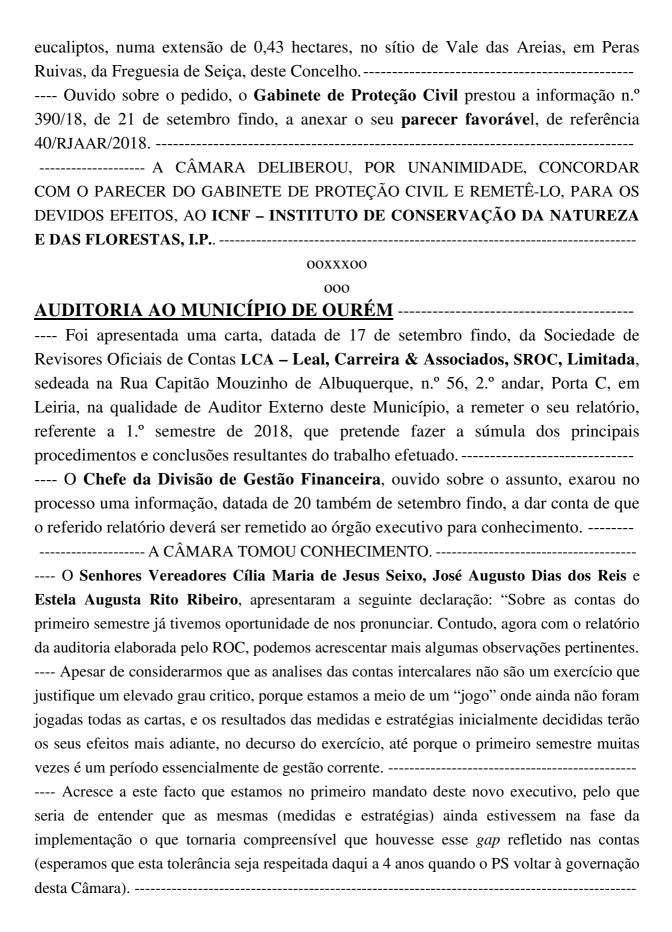


ooxxxoo

000

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE)ARBORIZAÇÃO -----

---- Foi apresentada a carta registada sob o n.º 32.317/2018, do **Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.**, com sede no Centro Nacional de Exposições (CNEMA), em Quinta das Cegonhas – Santarém, a solicitar a emissão de parecer, nos termos do n.º 1, do artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, sobre o pedido de **Carlos Manuel Antunes Francisco**, para proceder à plantação de





---- Todavia, tudo isto neste espaço-tempo seria verdade e a analise às contas teria uma importância relativa, não fora o senhor Presidente aproveitar para declarar o seu primeiro grande feito... A DIMINIUIÇÃO DA DIVIDA DO MUNICIPIO. Os números não mentem, de facto o Passivo do município diminui em cerca de 1,8 milhões de euros (ligeiramente a baixo dos 2 milhões insistentemente anunciados). O que foi sempre esquecido nesta proclamação foi a tendência dos Activos do Município e mais importante do PATRIMÓNIO LÍQUIDO. Os Activos registaram uma quebra de 7,3 milhões de euros enquanto que o Património Líquido era a 30-06-2018 menos 5,5 milhões de euros face a 31-12-2017. Isto quer dizer que o Município é a 30-06-2018, mais pobre do que o era quando o ano começou. Não nos parece que isto seja um assunto de regozijo para quem tem responsabilidades de Gestão desta Câmara. Não nos parece que esta é a melhor forma de informar os munícipes daquilo que também é deles. Informá-los que devem menos é muito bom... mas, também devem ser informados que possuem muito menos do que tinham a 31-12-2017. Estamos perante um paradoxo difícil de digerir que é... pagando divida empobrece!!! ---------- Não achamos que é desta forma que se deve fazer política. Todos nós, e o senhor Presidente em particular, temos a obrigação de informar os munícipes de uma forma isenta, rigorosa e com toda a verdade. Não pode ficar apenas com meias verdades. ---------- Como dissemos discutir o jogo ao intervalo não nos parece muito relevante, mas foi o senhor Presidente que iniciou o repto. Com isto não queremos dizer que não devemos analisar as contas e estudarmos as suas tendências, mas contas intercalares, têm, como as pessoas desta área sabem, vicissitudes que se irão ou poderão corrigir ao longo do exercício.--------- Já que estamos a dar mais realce a estas contas do que aquilo que seria exigido, aproveitamos para voltar a chamar a atenção para os graus de cumprimento dos Orçamentos, quer financeiros quer das GOP's, onde podemos registar graus de cumprimento sistematicamente mais baixos do que no período anterior." --------- O Senhor Presidente apresentou a declaração, que de igual modo se transcreve: " Resumo dos aspetos mais relevantes referentes ao relatório do ROC – 1 º Semestre 2018--------- Posição económica------

RUBRICA	1º SE	M	VARIAÇÃO 1° SEM 2018/17		
	2018	2017	VALOR	%	
CUSTOS E PERDAS					
Custo das exist. vendidas/consumidas	172.204.76	179.501,03	(7.296,27)	-4,1%	
Fornecimentos e serviços externos	4.065.643,40	5.206.175.45	(1.140.532,05)	-21,9%	
Trf. e Sub. correntes conc. e prest. sociais	1.513.860,00	1.384.639,21	129.220.79	9.3%	
Custos com o pessoal	3.823.937,19	3.279.066,78	544.870.41	16,6%	
Outros custos e perdas operacionais	237.084.54	129.245.09	107.839.45	83.4%	
Amortizações do exercício (*)	5.700.178,07	5.649.091.46	51.086.61	0.9%	
Custos e perdas financeiros	31.642,10	92.713.84	(61.071.74)	-65,9%	
Custos e perdas extraordinários	583.861,74	995.728.57	(411.866,83)	-41,4%	
	16.128.411,80	16.916.161,43	(787.749,64)	-4,7%	
PROVEITOS E GANHOS		FOR THE CONTRACTOR OF THE			
Vendas	1.689,84	2.164,77	(474,93)	-21.9%	
Prestações de serviços	556.856,42	520.530,99	36.325,43	7.0%	
Impostos e taxas	1.828.023,37	2.027.972,36	(199.948,99)	-9.9%	
Proveitos suplementares	2.790,21	2.758,17	32,04	1,2%	
Transferências e subsídios obtidos	7.008.291,82	7.294.842,21	(286.550,39)	-3.9%	
Proveitos e ganhos financeiros	834.703,06	471.610,72	363.092,34	77,0%	
Proveitos e ganhos extraordinários	336.257,67	329.146,13	7.111,54	2,2%	
	10.568.612,39	10.649.025,35	(80.412,96)	-0,8%	
Resultados operacionais	(6.115.256.30)	(5.979.450,52)	(135.805,78)	-2,3%	
Resultados financeiros	803.060,96	378.896,88	424.164.08	111,9%	
Resultados extraordinários	(247.604,07)	(666.582,44)	418.978,37	62,9%	
Resultado líquido do período	(5.559.799,41)	(6.267.136,08)	707.336,68	11,3%	

- A variação dos resultados do 1º sem de 2018, comparativamente ao 1º sem 2017 foi positiva em cerca de 707 mil euros, verificando-se uma diminuição dos custos e perdas de cerca de 788 mil euros, enquanto os proveitos e ganhos registaram uma redução de cerca de 80 mil euros; ------
- Nos custos e perdas, destacamos os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), com uma redução em cerca de 1,1 milhões de euros e os custos e perdas extraordinárias, cuja quebra ascende a um valor próximo de 412 mil euros; -----
- Aumento dos custos com pessoal, em cerca de 545 mil euros, resultantes, essencialmente, do processo de internalização da Ourémviva no Município. ----
- Quebra nos impostos e taxas em aproximadamente 200 mil euros; ------
- Diminuição nas transferências e subsídios obtidos em 287 mil euros, refletindo, por exemplo, uma quebra nas transferências de competências – Educação, em 271 mil euros.

---- Posição financeira -----



RUBRICA	30/06/2018	31/12/2017	Variação	
			Valor	%
ATIVO				
Ativo Imobilizado	160.862.874,65	165.304.934,73	(4.442.060.09)	-2.7%
Existências	367.928,89	349.555,11	18.373,78	5,3%
Contas a receber ML/p	4.801.500,00	4.801.500,00	0.00	0.0%
Contas a receber (clientes/utentes/outras entidades) c/p	361.143,76	517.988,18	(156.844,42)	-30,3%
Estado	100.238,20	100.238,20	0.00	0,0%
Depósitos e caixa	3.625.837,65	2.616.514,01	1.009.323,64	38,6%
Acréscimo de proveitos	3.524.589,59	7.242.084,61	(3.717.495,02)	-51,3%
Custos diferidos	15.258,08	20.922,07	(5.663,99)	-27,1%
Total Ativo	173.659.370,82	180.953.736,91	(7.294.366,10)	-4,0%
FUNDOS PRÓPRIOS				
Património	138.230.553,75	138.230.553,75	0.00	0.0%
Outros fundos próprios (reservas/doações/res. Trans.)	(1.692.492,07)	2.661.210.14	(4.353.702,21)	-163,6%
Resultados líquidos	(5.559.799,41)	(4.397.528.63)	(1.162.270,78)	26.4%
Total Fundos Próprios	130.978.262,28	136.494.235,26	(5.515.972,98)	-4,0%
PASSIVO				
Provisões	4.526.462,85	4.546.807,99	(20.345,14)	-0.4%
Dívidas a instituições de crédito	7.518.440.48	8.468.159.34	(949.718.86)	-11,2%
Fornecedores	1.118,794,74	1,612,684,98	(493.890,24)	-30,6%
Estado	201.277,98	99.097.95	102.180,03	103,1%
Outros Credores	1.001.028,77	498.213.82	502.814,95	100,9%
Contribuição para FAM	247.566,00	990.265,98	(742.699,98)	-75.0%
Proveitos diferidos (sub. ao investimento)	26.870.217,50	26.877.639,12	(7.421,62)	0.0%
Acréscimo de custos	1.197.320,22	1.366.632,47	(169.312,25)	-12,4%
Total Passivo	42.681.108,54	44.459.501.65	(1,778.393,11)	-4.0%

- Aumento dos depósitos bancários em 1 milhão de euros; -----
- Diminuição das dívidas a instituições de crédito em 950 mil euros. -----

---- Cumprimento da Regra do Equilíbrio Orçamental -----

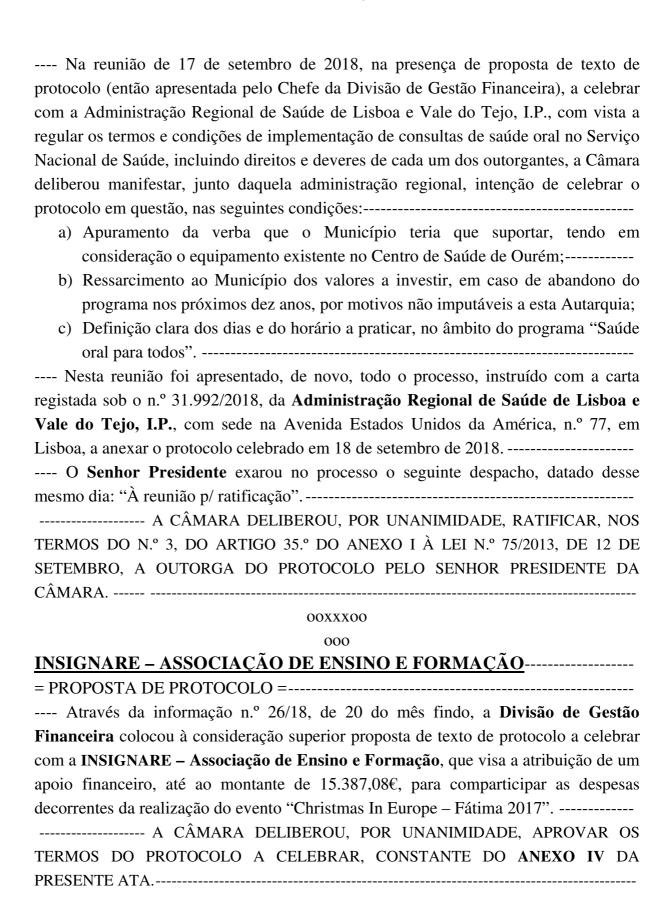
Designação	Valor	
1. Receitas correntes (Brutas)	13.695.448,74€	
2. Despesas correntes (pagas)	10.246.032,55€	
3. Amortizações médias	1.914.704,08 €	
Diferença (1-2-3)	1.534.712,11 €	

- Dispõe de uma margem face ao limite total de 32,1 milhões de euros.-----
- A dívida total ascende a 9,4 milhões de euros, registando uma quebra superior a 1 milhão de euros, face ao volume que se verificava em 31/12/2017."------

000 000

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.-----

= PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO – SAÚDE ORAL PARA TODOS =-----

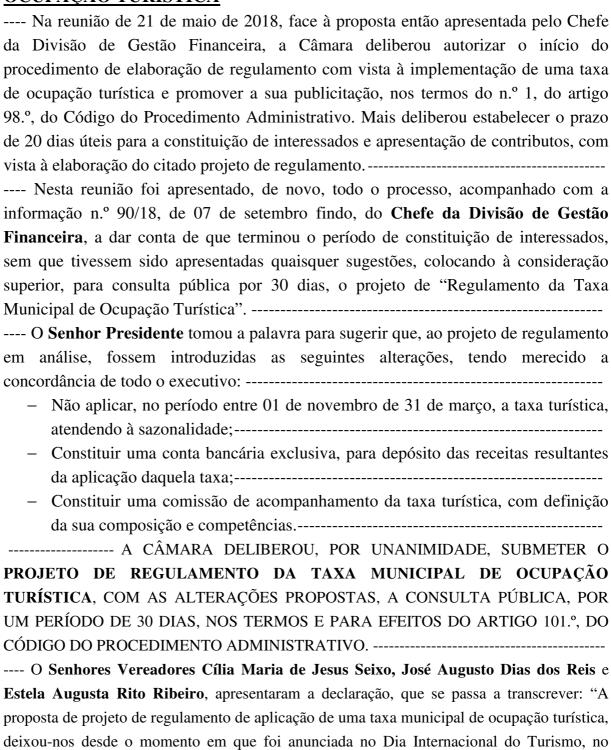




ooxxxoo

000

PROJETO DE REGULAMENTO DA TAXA MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO TURÍSTICA



mínimo surpreendidos,-----

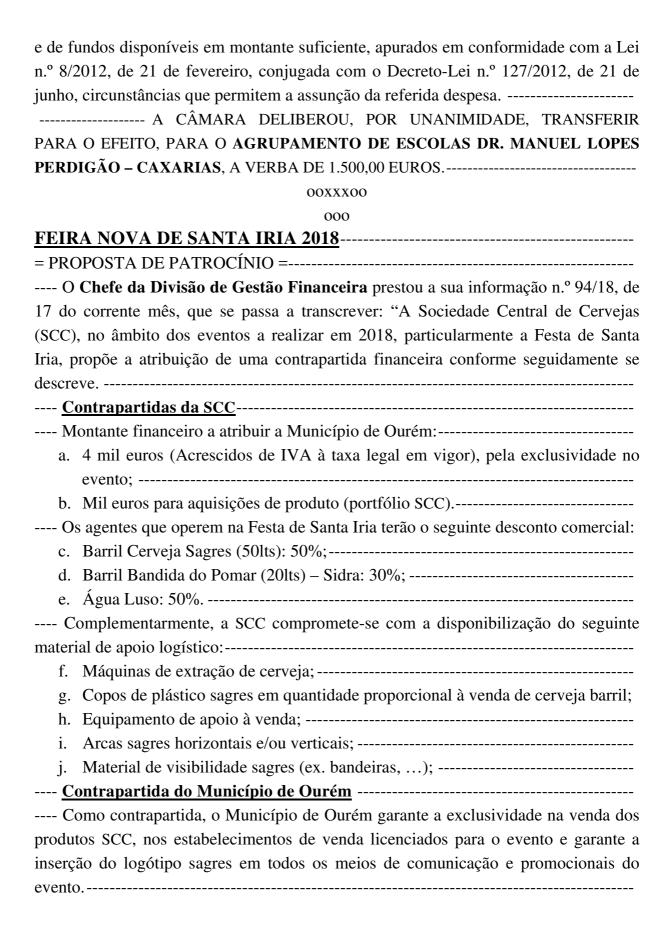


---- Mais surpreendidos ficámos quando na mesma hora ficámos a saber que era para todos os presentes, hoteleiros, empresários, agentes turísticos e para a própria ACISO também uma surpresa em primeira mão. ---------- Partimos do pressuposto que há parceiros que, por uma questão de ética, de respeito, bom senso e inclusivamente de sucesso nas medidas que se querem implementar, devem ser consultados. Mas este será um pressuposto e por isso vamos à análise da proposta.--------- O documento começa por fazer referencia ao último ano económico, 2017, e aos 9,4 milhões de turistas que o executivo já varias vezes invocou não ser um número de referencia porque foi um ano de exceção. Mas passa depois para o ano de 2016 e refere um total de 773.154 dormidas.--------- Usando como referencia estes dados e data, prevê-se que, a aplicação desta taxa, segundo os critérios apresentados, permita obter uma receita de 590.071 euros. Esta receita faria face ao que no GOP está previsto nas rubricas de despesa com turismo que totalizam 754.232,86 euros. Ou seja, esta taxa permitiria ao município poupar cerca de 590 mil euros e gastar apenas cerca de 164 mil euros. São boas contas... ---------- O principio da taxa, em si mesmo, não nos parece mal. Efetivamente, a pegada ambiental do turismo de massas tem que ser paga e não nos parece mal que seja o próprio turista responsabilizado por isso. ---------- O que nos deixa curiosos aqui é o argumento usado para a implementação dessa taxa no município de Ourém. Diz-se que os gastos do município criam desequilíbrios orçamentais, desfasamentos entre receita e despesas. Ora ficámos a saber a verba orçamentada para gastos com turismo, cerca de 750.000 euros, mas em nenhum lugar nos é dito quais são as receitas. Quanto ganha o município com o turismo de Fátima? Quanto pagam de IMI e IMT os hotéis, residenciais, apartamentos, pensões, alojamentos locais, a quem a taxa se destina?? Quanto pagam de derrama no total?? Aliás, o executivo acaba de baixar a derrama para melhorar a competitividade e atrair empresas, empresários e empregos indo ao encontro do seu próprio programa eleitoral e, simultaneamente cria o oposto, uma taxa que vai contra essa mesma estratégia que defendeu??? Escapa-nos o objetivo do executivo...---------- Diz também o documento que a receita dessa taxa disponibiliza meios financeiros imprescindíveis para manutenção de infraestruturas públicas, a melhoria e preservação ambiental e patrimonial, a informação e serviços de apoio a turistas, dinamização cultural e recreativa, a promoção turística do município e, de modo geral, sustentar as despesas ambientais e públicas de natureza persistente e continua. --------- Daqui se presume que os cerca de 600.000 euros da taxa são para pagar a manutenção e limpeza das ruas de Fátima, do posto de Turismo e recolha de resíduos. Pergunta: se até isso

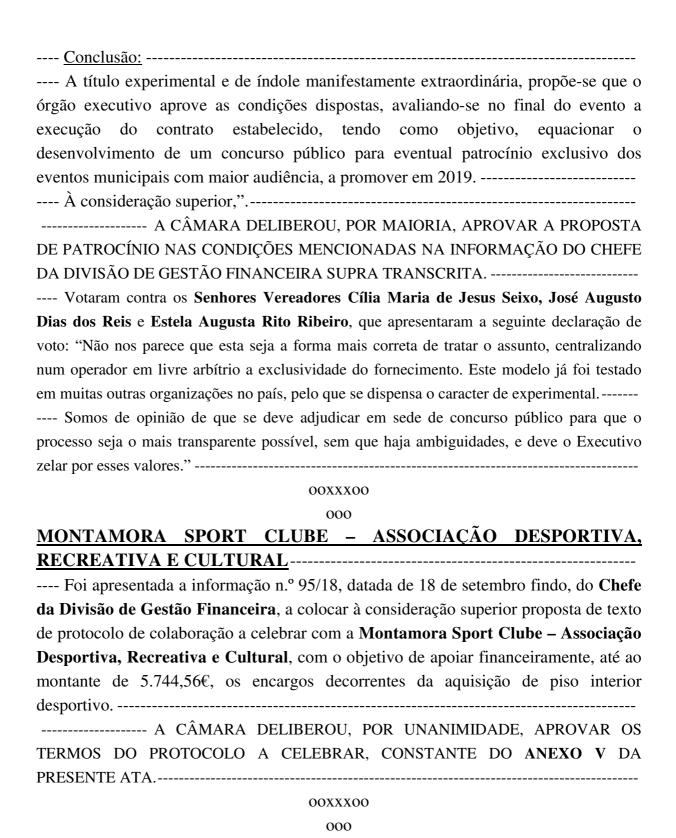
tem que ser pago com uma nova taxa, então de que forma está o município a fazer a distribuição das receitas obtidas pelas freguesias do concelho??--------- Diz o executivo que essa taxa sai do bolso dos turistas, não dos fatimenses. Como já aqui foi usado em modo de defesa pelo executivo, Fátima está a passar por um período de contração após o Centenário que só se repetirá daqui a 100 anos! A diminuição da taxa de ocupação hoteleira fez com que os preços baixassem para níveis mínimos para se tornarem competitivos face aos concelhos em redor. Adicionar mais um imposto, porque é isso que a taxa representa, ao custo do pacote de grupo, porque é este o formato do turismo em Fátima, encarece o preço e fá-lo perder competitividade face aos alojamentos das cidades vizinhas. Isto vai refletir-se na viabilidade de empresas e emprego. Ou seja, estamos perante o risco de mais uma vez o autismo e a autocracia do executivo colocarem em perigo o bem-estar dos ---- Porque somos parte do colégio decisório deste município e nos orientamos de forma construtiva para soluções e não para problemas, porque achamos que esta taxa representa mais um imposto para os operadores turísticos, porque o setor hoteleiro está a passar por uma fase de desaceleração, porque não foram ouvidos e tidos em conta os pontos de vista da Associação Empresarial Ourém Fátima, ACISO, propomos que se considere cancelar na agenda do executivo esta proposta. ---------- Confrontados na própria reunião com a alteração do texto e do conteúdo da proposta, que remetem para o problema da sazonalidade, a conversão dos valores da taxa para criação de novas infraestruturas em Fátima e a criação de uma comissão responsável pela gestão das verbas recebidas, os vereadores do Partido Socialista concordam com o conteúdo das alterações e com a colocação da proposta a discussão pública." ------

> 000 000



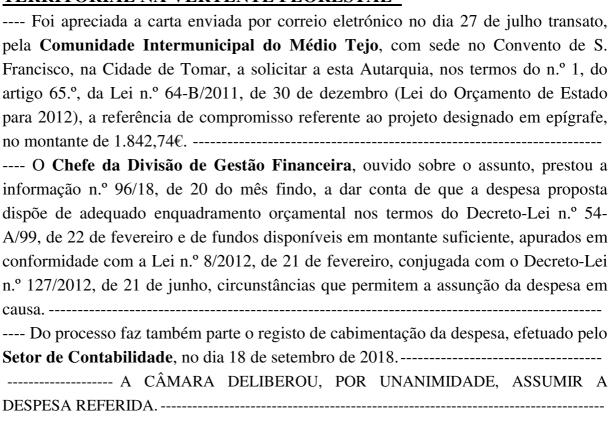








PROJETO "DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE GESTÃO TERRITORIAL NA VERTENTE FLORESTAL" ------

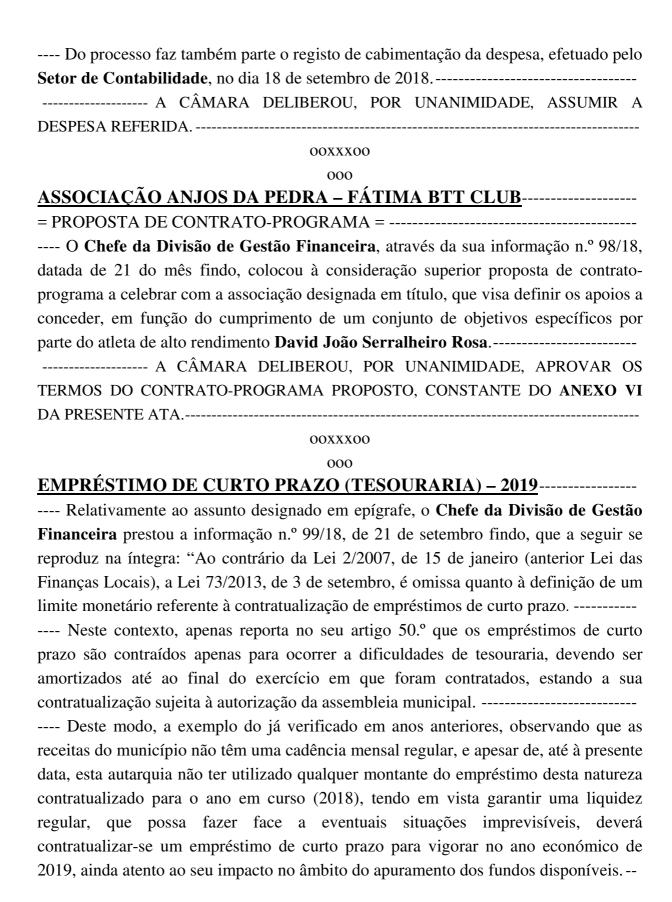


ooxxxoo

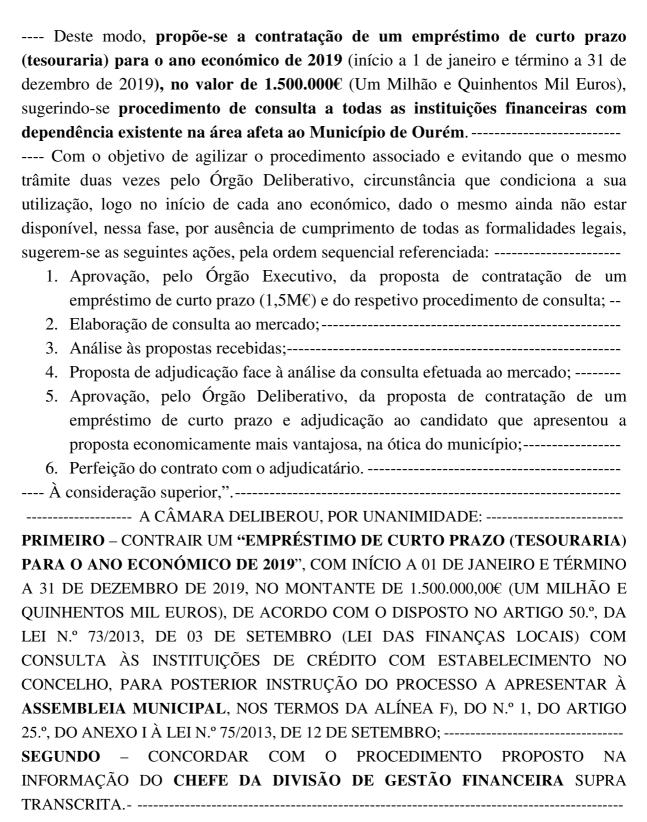
000

PROJETO "MELHORIA DA MOBILIDADE – TRANSPORTES A PEDIDO NO MÉDIO TEJO" ------

---- Através de carta enviada por correio eletrónico no dia 13 de setembro findo, a

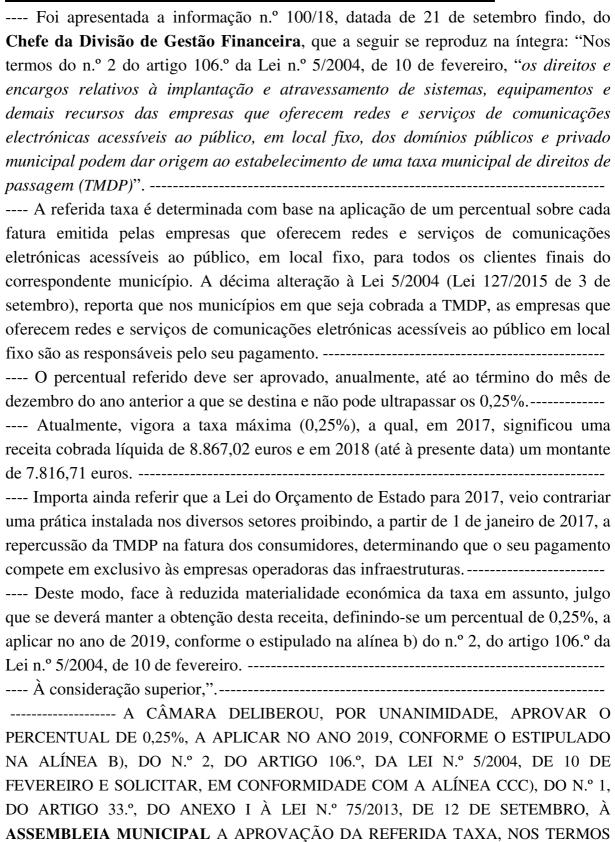




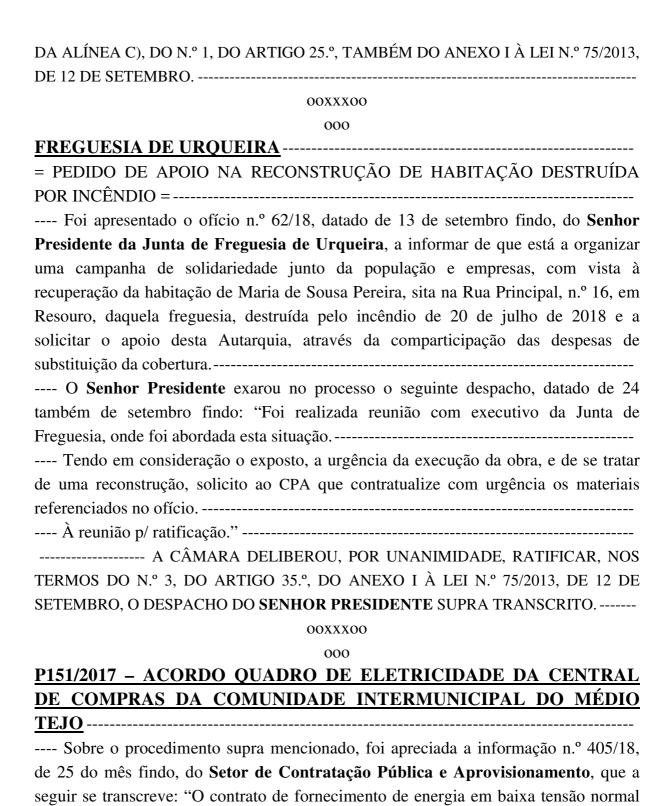




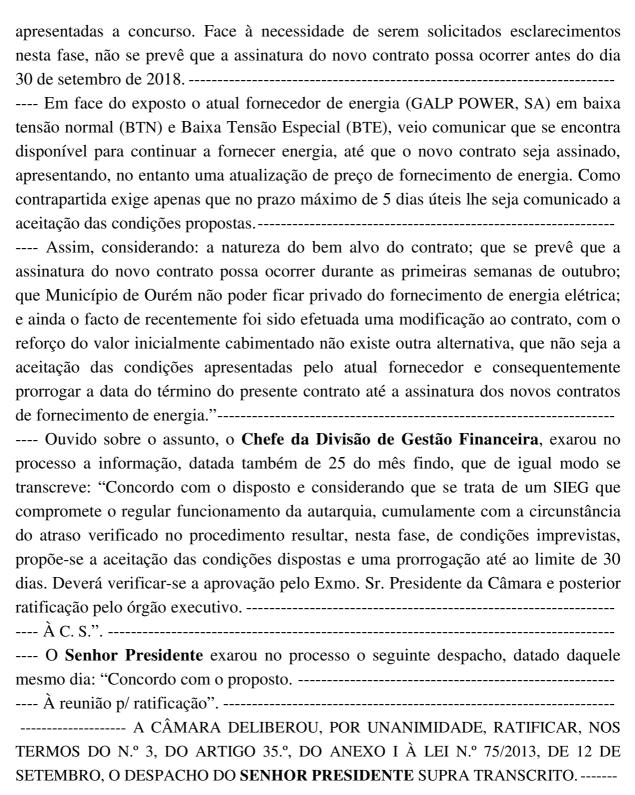
TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM - 2019-----



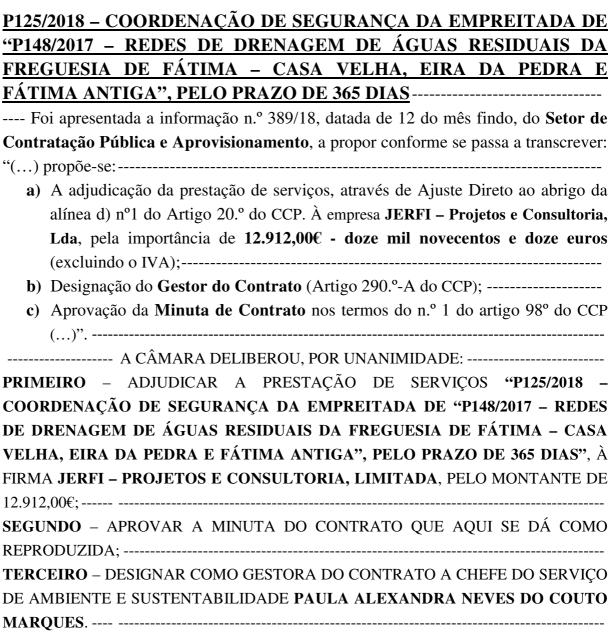




(BTN) e Baixa Tensão Especial (BTE) termina, de acordo com a clausula terceira, a 30 de setembro de 2018. O atual procedimento que, entretanto, foi lançado, encontra-se na fase de análise de propostas, aguardando, que sejam prestados esclarecimentos entretanto solicitados aos concorrentes, para se poder concluir a análise das propostas



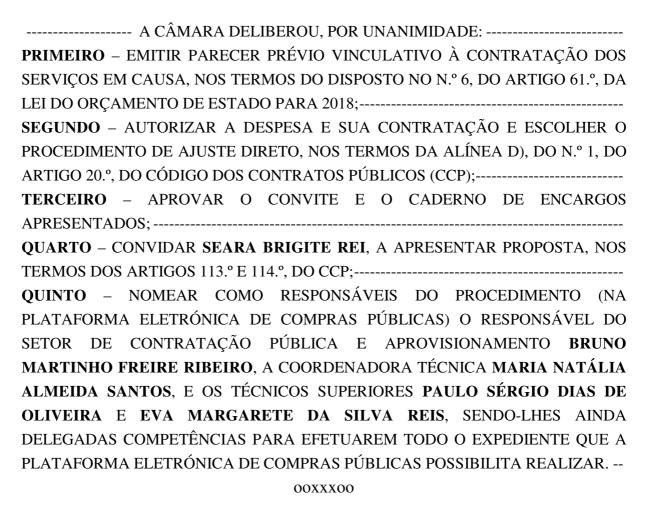




OOXXXOO

000





000

P152/2018 – SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA EMPREITADA DE "REABILITAÇÃO DO CASTELO E PAÇO DOS CONDES DE OURÉM E SUA ADAPTAÇÃO PARA ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS------

à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. Mais dá conta de que face aos compromissos plurianuais (9.461,54€ - 2018, 113.538,48€ - 2019, 113.538,48€ -2020 e 9.461,54€ – 2021), a competência para o efeito é do órgão deliberativo.---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: -----PRIMEIRO – EMITIR PARECER PRÉVIO VINCULATIVO À CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS EM CAUSA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 6, DO ARTIGO 61.º, DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2018;-----SEGUNDO – AUTORIZAR A DESPESA E SUA CONTRATAÇÃO E ESCOLHER O PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, NOS TERMOS DA ALÍNEA B), DO N.º 1, DO ARTIGO 20.º, DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP); -----TERCEIRO – APROVAR O ANÚNCIO, O PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E O CADERNO DE ENCARGOS APRESENTADOS:-----OUARTO - NOMEAR, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 1, DO ARTIGO 67.º. TAMBÉM DO CCP, COMO MEMBROS EFETIVOS DO JÚRI O TÉCNICO SUPERIOR BRUNO MARTINHO FREIRE RIBEIRO (QUE PRESIDIRÁ), A CHEFE DA DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL, EVENTOS E JUVENTUDE ANA MARIA SARAIVA DAS NEVES (SECRETÁRIA) E A CHEFE DO SERVIÇO DE PROJETOS TÉCNICOS ANA MARGARIDA DOS SANTOS SEQUEIRA E COMO MEMBROS SUPLENTES OS TÉCNICOS SUPERIORES PAULO SÉRGIO DIAS DE OLIVEIRA E O JOÃO PEDRO **DE OLIVEIRA GRAÇA**; ------OUINTO - NOMEAR COMO RESPONSÁVEIS DO PROCEDIMENTO (NA PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS) O RESPONSÁVEL DO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO **BRUNO** MARTINHO FREIRE RIBEIRO, A COORDENADORA TÉCNICA MARIA NATÁLIA ALMEIDA SANTOS, E OS TÉCNICOS SUPERIORES PAULO SÉRGIO DIAS DE OLIVEIRA E EVA MARGARETE DA SILVA REIS, SENDO-LHES AINDA DELEGADAS COMPETÊNCIAS PARA EFETUAREM TODO O EXPEDIENTE QUE A PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS POSSIBILITA REALIZAR. ------- MAIS DELIBEROU, TAMBÉM POR UNANIMIDADE, SOLICITAR À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 1 DO ARTIGO 6.°, DA LEI N.° 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIR, DO SEGUINTE MODO, PELOS ANOS ECONÓMICOS DE 2018 A 2021, OS ENCARGOS DECORRENTES DO REFERIDO PROCEDIMENTO:------ ANO 2018 - 9.461,54 EUROS; ------- ANO 2019 – 113.538,48 EUROS; ------- ANO 2020 - 113.538,48 EUROS; -----





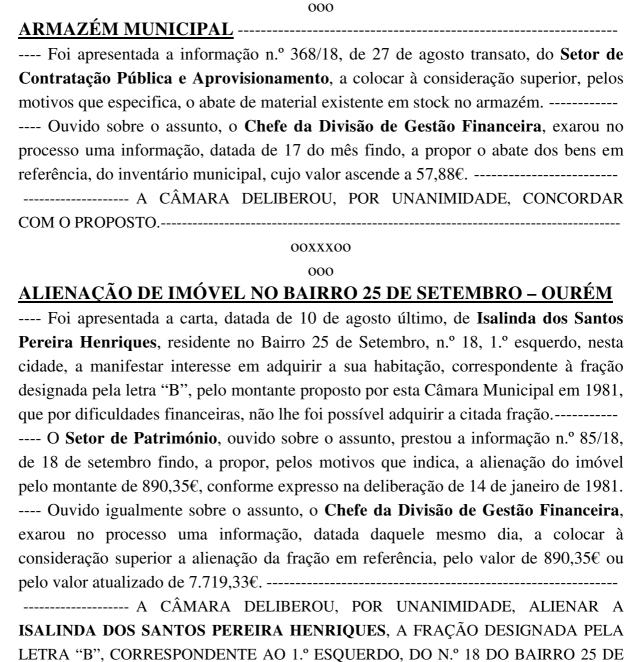
OOXXXOO

000

AQUISIÇÃO EM LOTES, DE EQUIPAMENTO P155/2018 -INFORMÁTICO **PARA** OS **SERVICOS** DO **MUNICÍPIO** (COMPUTADORES, MONITORES, TECLADOS, RATOS E COLUNAS) E AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E IMPRESSORAS PARA OS ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO --------- Foi apresentada a informação n.º 401/18, de 24 de setembro findo, do Setor de Contratação Pública e Aprovisionamento, a anexar o Convite e o Caderno de Encargos, para efeitos do designado epígrafe, com o preço base de 50.563,77€ e a propor a escolha do procedimento de consulta prévia, de conformidade com o disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos. ---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: -----PRIMEIRO – AUTORIZAR A DESPESA E SUA CONTRATAÇÃO E ESCOLHER O PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 1, DO ARTIGO 20.º, DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP); -----SEGUNDO – APROVAR O CONVITE E O CADERNO DE ENCARGOS APRESENTADOS; ------TERCEIRO – SOLICITAR À(S) ENTIDADE(S) A CONVIDAR, QUE APRESENTE(M) PROPOSTA(S), NOS TERMOS DOS ARTIGOS 113.º E 114.º, DO CCP; ------OUARTO — NOMEAR, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 1, DO ARTIGO 67.º, TAMBÉM DO CCP, COMO MEMBROS EFETIVOS DO JÚRI O CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E INFORMÁTICA EUSÉBIO MANUEL SILVA MONTEIRO (QUE PRESIDIRÁ), O TÉCNICO SUPERIOR BRUNO MARTINHO FREIRE RIBEIRO (SECRETÁRIO) E O ESPECIALISTA DE INFORMÁTICA LEANDRO RIBEIRO ROMANO E COMO MEMBROS SUPLENTES O TÉCNICO SUPERIOR PAULO SÉRGIO DIAS DE OLIVEIRA E A ESPECIALISTA DE INFORMÁTICA CÁRMEN FILIPA FERREIRA GONÇALVES;-----OUINTO - NOMEAR COMO RESPONSÁVEIS DO PROCEDIMENTO (NA PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS) O RESPONSÁVEL DO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO **BRUNO** MARTINHO FREIRE RIBEIRO, A COORDENADORA TÉCNICA MARIA NATÁLIA ALMEIDA SANTOS, E OS TÉCNICOS SUPERIORES PAULO SÉRGIO DIAS DE OLIVEIRA E EVA MARGARETE DA SILVA REIS, SENDO-LHES AINDA



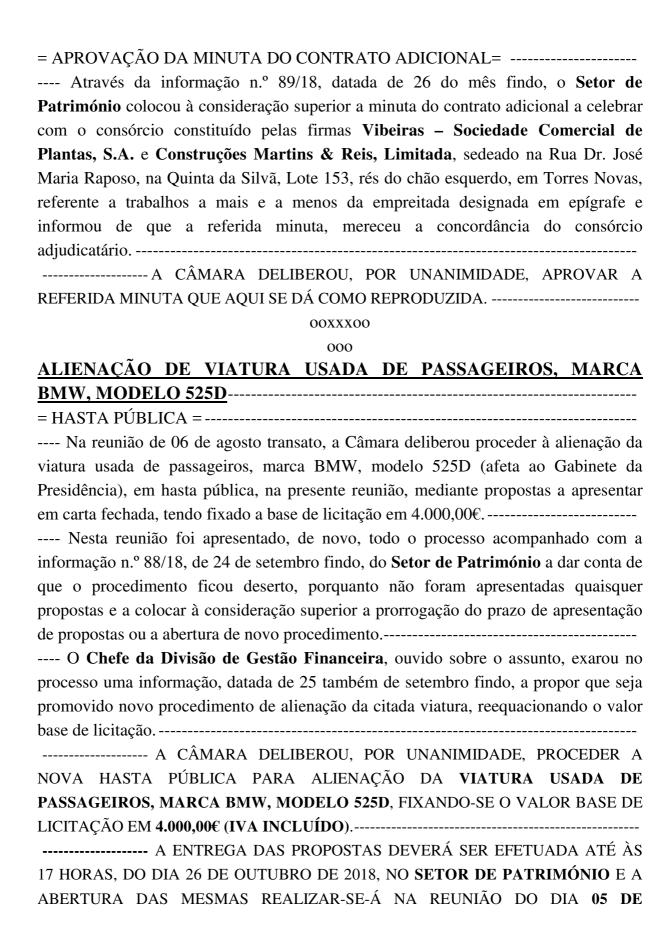
DELEGADAS COMPETÊNCIAS PARA EFETUAREM TODO O EXPEDIENTE QUE A PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS POSSIBILITA REALIZAR. -- ooxxxoo



SETEMBRO, PELO VALOR ATUALIZADO DE 7.719,33 EUROS. ----ooxxxoo
ooo

<u>P070/2016 – REQUALIFICAÇÃO URBANA DA AVENIDA D. NUNO</u> ÁLVARES PEREIRA – NOSSA SENHORA DA PIEDADE – OURÉM-----

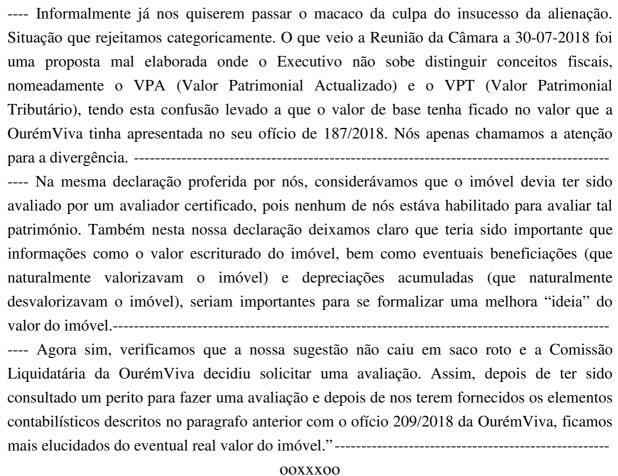






NOVEMBRO DE 2018, PELAS 16 HORAS E 30 MINUTOS, NO PISO 2, DO EDIFÍCIO SEDE DESTE MUNICÍPIO. -----OOXXXOO 000 OURÉMVIVA – GESTÃO DE EVENTOS, SERVIÇOS E **EQUIPAMENTOS, E.M., S.A.** ------= PROPOSTA DE ALIENAÇÃO DE ARMAZÉM SITO NA ZONA INDUSTRIAL DE OURÉM – CASAL DOS FRADES – SEIÇA =--------- Na reunião de 30 de julho último, a Câmara deliberou autorizar a Comissão Liquidatária da empresa municipal indicada em título, a lançar procedimento de alienação de imóvel, sua propriedade, sito na Zona Industrial de Ourém, em Casal dos Frades, da Freguesia de Seiça, deste Concelho, mediante propostas a apresentar em carta fechada, fixando o preço base de licitação em 340.991,32€.-------- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo instruído com o ofício n.º 350/2018, datado de 26 de setembro findo, da Comissão Liquidatária da Ourémviva - Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A., a informar de que não foram apresentadas quaisquer propostas e a solicitar autorização para lançar novo procedimento, fixando-se o preço base de licitação em 254.000,00€, conforme avaliação efetuada por perito avaliador. ---------- CONSIDERANDO QUE SE ENCONTRA A DECORRER E EM FASE FINAL, O PROCESSO DE DISSOLUÇÃO DAQUELA EMPRESA MUNICIPAL E POR CONSEGUINTE O IMÓVEL EM CAUSA INTEGRARÁ O ATIVO IMOBILIZADO DO MUNICÍPIO, A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, INFORMAR A COMISSÃO LIQUIDATÁRIA DA OURÉMVIVA - GESTÃO DE EVENTOS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS, E.M., S.A. DE QUE ENTENDE NÃO SER VIÁVEL PROCEDER A NOVA HASTA PÚBLICA. --------- Aquando da apreciação e votação do presente processo, a Senhora Vereadora Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa ausentou-se da sala, por pertencer à Comissão Liquidatária daquela empresa municipal. --------- Os Senhores Vereadores Cília Maria de Jesus Seixo, José Augusto Dias dos Reis e Estela Augusta Rito Ribeiro, apresentaram a seguinte declaração: "Os Vereadores do PS lamentam que o concurso publico lançado pelo OurémViva para alienação do Imóvel na Zona Industrial Casal dos Frades tenha ficado deserto. Como Vereadores, mas sobretudo como cidadãos de plenos direitos deste Município, o nosso interesse é que este continue na sua senda de desenvolvimento e o surgimento de empresas e negócios são factores relevantes para esse desenvolvimento. ------



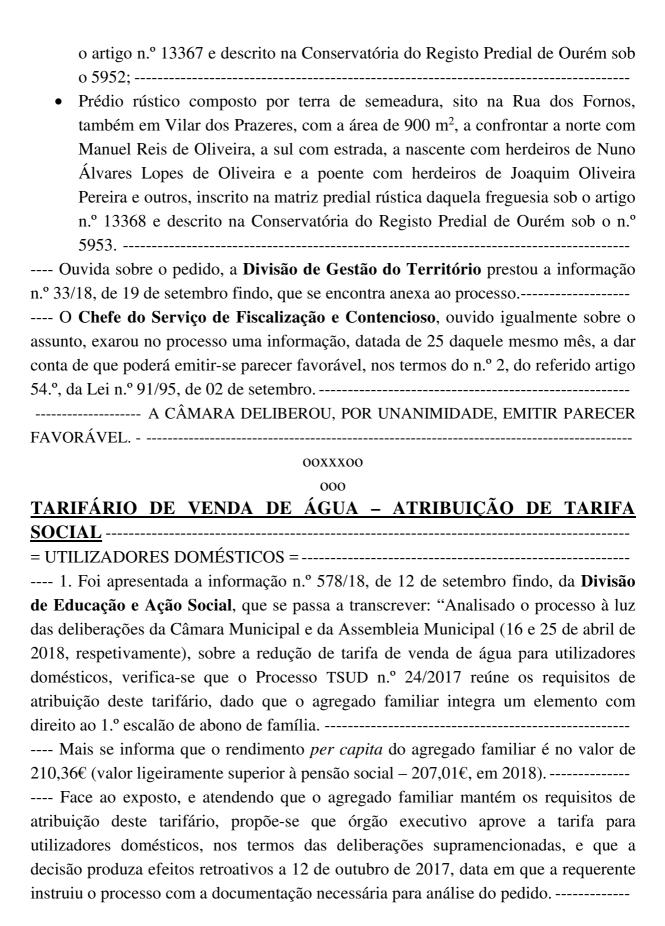


000

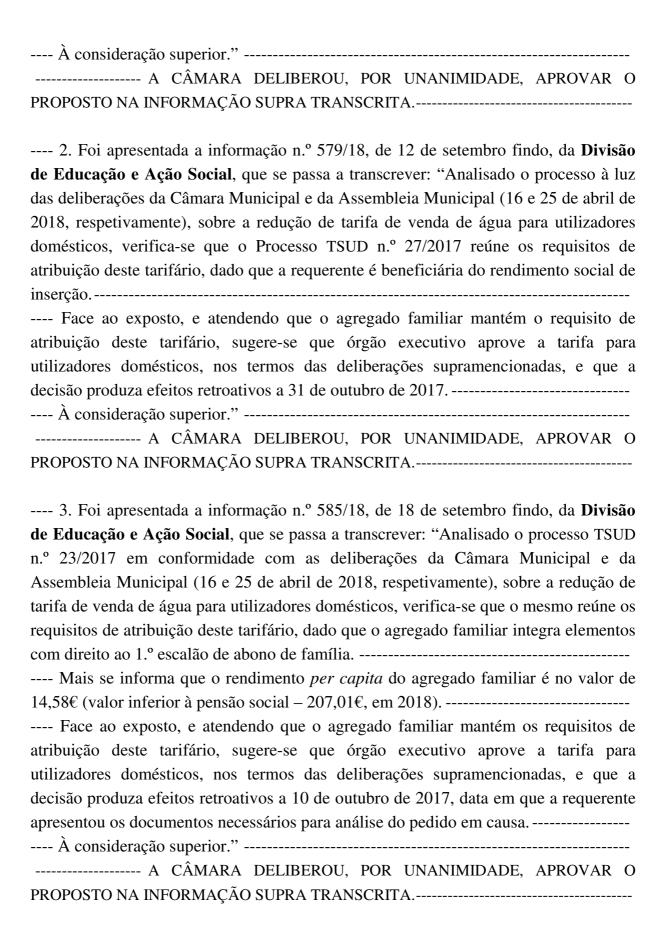
AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES OU CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE (LEI N.º 91/95, DE 2 DE SETEMBRO)------

- - Prédio rústico composto por terra de semeadura, sito na Rua dos Castelos de Ourém, em Vilar dos Prazeres, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, do Concelho de Ourém, com a área de 900 m², a confrontar a norte com estrada, a sul com Manuel Reis de Oliveira, a nascente com herdeiros de Nuno Álvares Lopes de Oliveira e a poente com herdeiros de Joaquim Oliveira Pereira e outros, inscrito na matriz predial rústica da dita freguesia sob





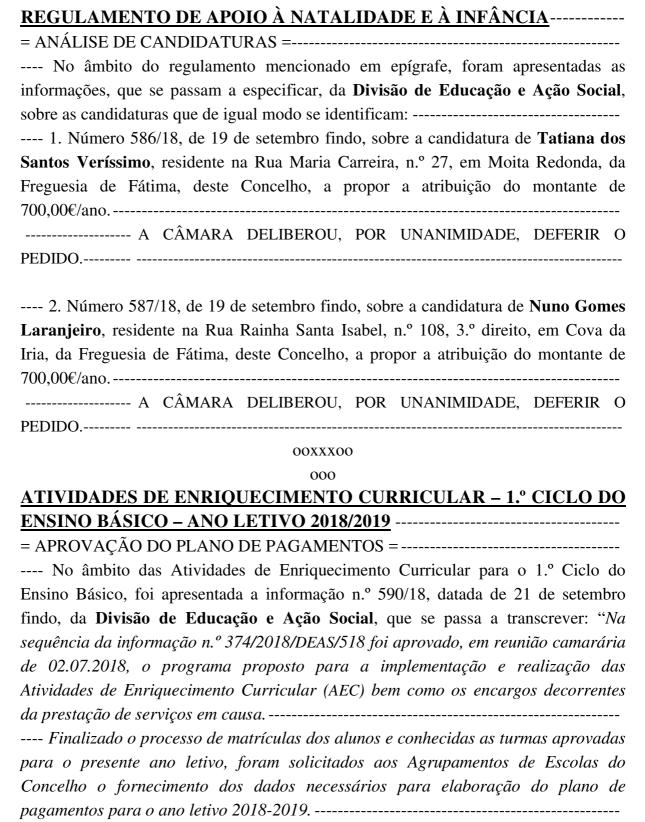






ooxxxoo

000





Após tratamento dos dados recebidos, procedemos à elaboração do plan									
pagamentos, conforme anexo I									
Face ao	exposto, pro	põe-se a c	adoção das	s dilig	ências	necessá	rias cond		
aprovação, p	elo órgão ex	ecutivo, do	plano de j	pagam	ientos g	que se ar	ıexa		
À consid	leração supe	rior,"							
Anexo I									
Ensino do Inglês									
	AGRUPAMENT	DIGOIDI INA	TERRITÓRI		valor	valor			
ENTIDADE	0	DISCIPLINA	0	horas	hora	mensal	valor anual		
	OURÉM	Inglês	Fátima	0	16,50€	- €	- €		
	OURÉM	Inglês	Ourém	0	16,50€	- €	- €		
INSIGNARE	CAXARIAS CONDE DE	Inglês	Caxarias	466	16,50€	854,33€	7 689,00€		
	OURÉM	Inglês	Conde de Ourém	403	16,50€	738,83€	6 649,50€		
	OURÉM	Inglês	Freixianda	0	16,50€	- €	- €		
				869		1 593,17€	14 338,50€		
Animação				l l		,	,		
	AGRUPAMENT		TERRITÓRI		valor	valor			
ENTIDADE	0	DISCIPLINA	0	horas	hora	mensal	valor anual		
NSIGNARE	OURÉM	Animadores	Fátima	1306	16,50€	2 394,33€	21 549,00€		
	OURÉM	Animadores	Ourém	538	16,50€	986,33€	8 877,00€		
	CAXARIAS CONDE DE	Animadores	Caxarias Conde de	332	16,50€	608,67€	5 478,00€		
	OURÉM	Animadores	Ourém	833	16,50€	1 527,17€	13 744,50€		
OURÉM Animadores		Freixianda	100	16,50€	183,33€	1 650,00€			
				3109	,	5 699,83€	51 298,50€		
Atividade Física e	Desportiva					•	,		
	AGRUPAMENT		TERRITÓRI		valor	valor			
ENTIDADE	0	DISCIPLINA ActFísicaDes	0	horas	hora	mensal	valor anual		
NSIGNARE	OURÉM	p	Fátima	1374	16,50€	2 519,00€	22 671,00€		
	OUDÉM	ActFísicaDes	O	500	10.500	075.000			
	OURÉM	p ActFísicaDes	Ourém	532	16,50€	975,33€	8 778,00€		
	CAXARIAS	р	Caxarias	332	16,50€	608,67€	5 478,00€		
	CONDE DE OURÉM	ActFísicaDes	Conde de Ourém	1235	16,50€	2 264,17€	20 377,50€		
	JUNLIVI	p ActFísicaDes	Juleili	1233	10,50€	∠ ∠∪4,1/€	20 377,30€		
	OURÉM	р	Freixianda	269	16,50€	493,17€	4 438,50€		
				3742		6 860,33€	61 743,00€		
Ensino da Música			,						
ENTIDADE	AGRUPAMENT O	DISCIPLINA	TERRITÓRI O	horas	valor hora	valor mensal	valor anual		
OUREARTE	OURÉM	EnsMúsica	Ourém	300	16,50€	550,00€	4 950,00€		
JUNEARTE	CONDE DE	LIBIVIUSICA	Conde de	300	10,50€	JJU,00€	7 330,00 c		
	OURÉM	EnsMúsica	Ourém	833	16,50€	1 527,17€	13 744,50€		
		1133		2 077,17€	18 694,50€				
Ensino da Música									
ENTIDADE	AGRUPAMENT O	DISCIPLINA	TERRITÓRI	horon	valor	valor	valor opusi		
CONSERVATÓRI	U	DISCIPLINA	0	horas	hora	mensal	valor anual		
0	OURÉM	EnsMúsica	Fátima	829	16,50€	1 519,83€	13 678,50€		
	CAXARIAS	EnsMúsica	Caxarias	339	16,50€	621,50€	5 593,50€		
				1160		0 141 226	10 070 006		

1168

2 141,33€ 19 272,00€



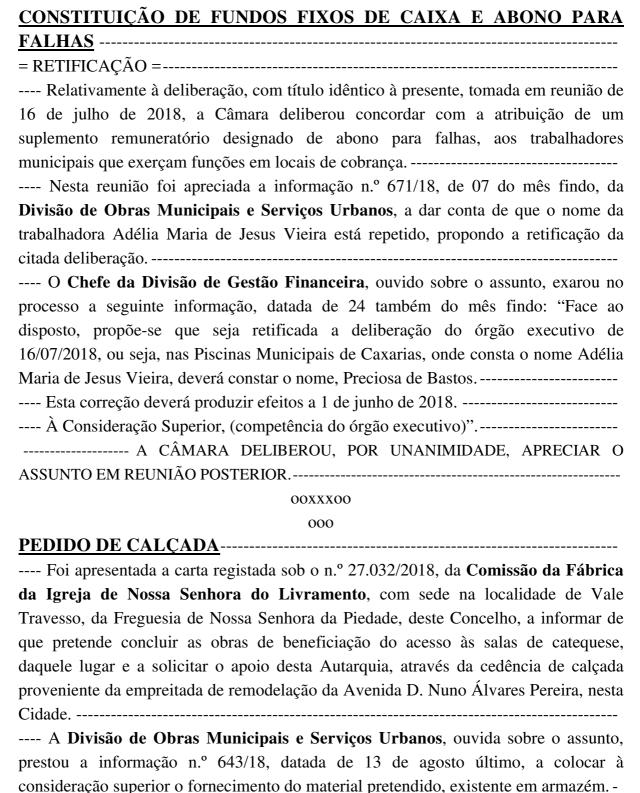
EN	TIDADE	MENSAL	ANUAL
INS	IGNARE	14 53,33€	127 380,00€
ou	REARTE	2 077,17€	18 694,50€
CONSE	ERVATÓRIO	2 141,33€	19 272,00€
	TOTAIS	18 71,83€	165 346,50€

		TO	ΓAIS	18 71,83€	165 34	16,50€	
A CÂMARA DEL	IBEROU,	POR	UNAN	IMIDAL	DE,	APROVA	R O
PLANO DE PAGAMENTOS APRESE							
	ooxxxoo	0					
000							
PEDIDO DE AÇÃO SOCIAL DIRETA							
Na reunião de 07 de julho de 2	2017, a C	âmara	delibe	rou apro	ovar	as norma	s de
atribuição de apoio alimentar e de apoio em vestuário, calçado, têxteis e outros							
Nesta reunião foi apresentada a	informaçã	o n.º 5	594/18,	datada	de 2	5 de seter	nbro
findo, da Divisão de Educação e A	ção Socia	l, a pr	opor o	deferim	iento	do pedid	o de
atribuição de apoio alimentar e de	apoio em	vestuá	irio, ca	lçado, t	êxtei	s, brinque	dos,
material escolar e outros materiais,	efetuado	por M	Iaria I	Luísa do	os Sa	antos e S	ilva,
residente no Rua do Beco dos Lour					_		
Senhora das Misericórdias, deste Con							
A CÂMARA DEL							
PEDIDO							
	OOXXXOO)					
DDOTOGOLOG DE COOPEDA	000						
PROTOCOLOS DE COOPERA							
= FORNECIMENTO DE REFEIÇ							
Escolar E DO 1.º CICLO DO EN							
Foi apresentada a informação n.º Educação e Ação Social, a colocar							
protocolos, com o Agrupamento de			_				
o Agrupamento de Escolas de Our		_			_	_	
Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino					-		
Escolar de Freixianda. Termina a 1			,	ŕ			
celebrados.				_			
A CÂMARA DELI							
TEXTOS DOS PROTOCOLOS APRES							
MAIS DELIBEROU,							
OS PROTOCOLOS ANTERIORMEN							
REFERIDOS							

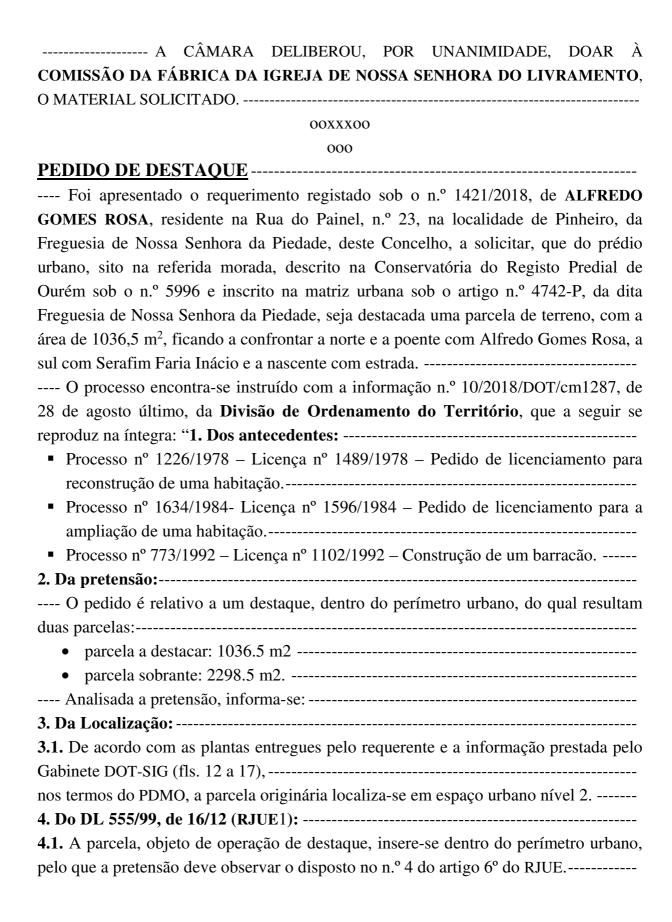


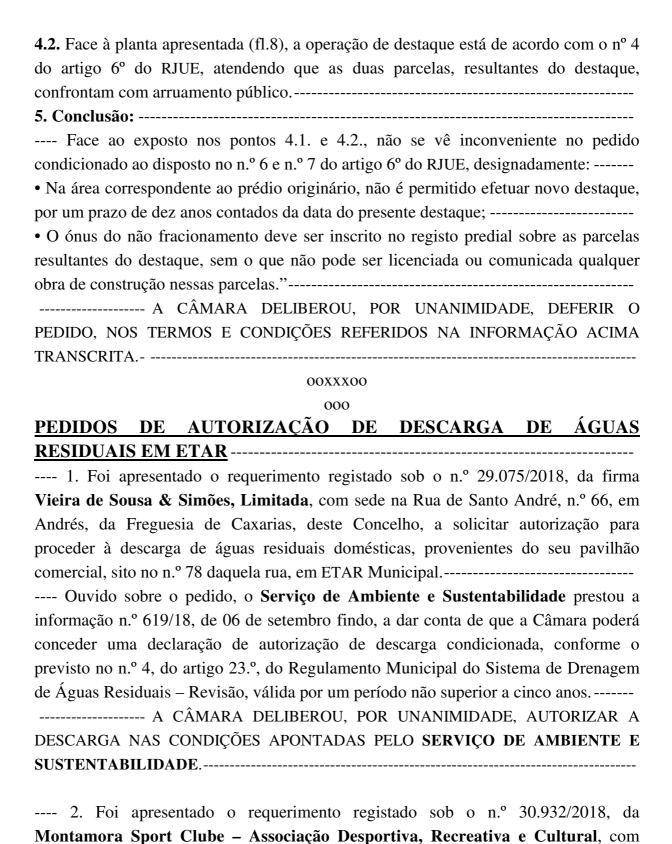
ooxxxoo

000



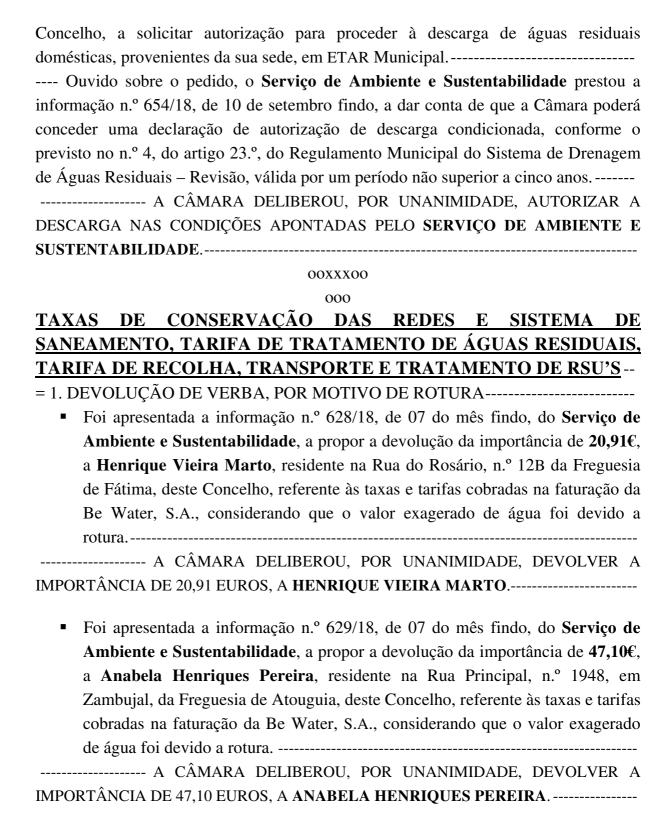






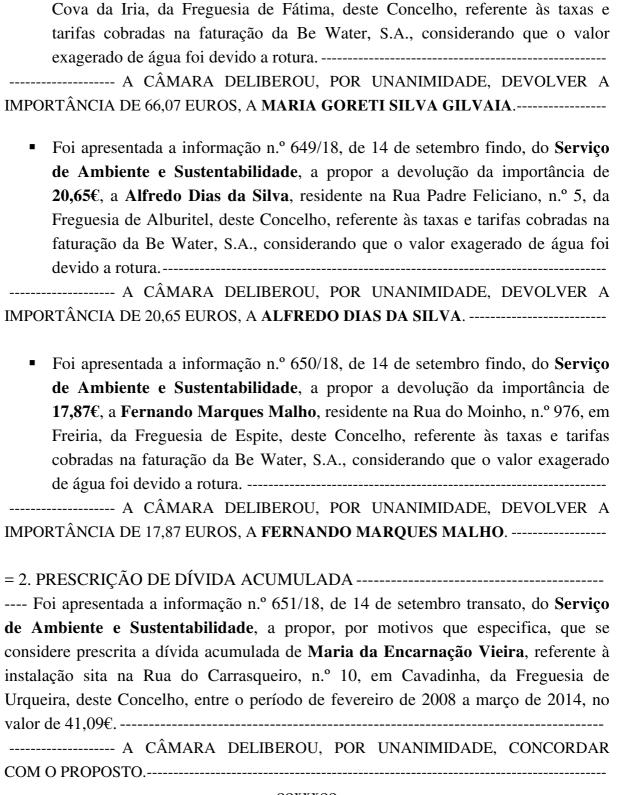
sede na Rua do Casalinho, n.º 41, em Amoreira, da Freguesia de Fátima, deste



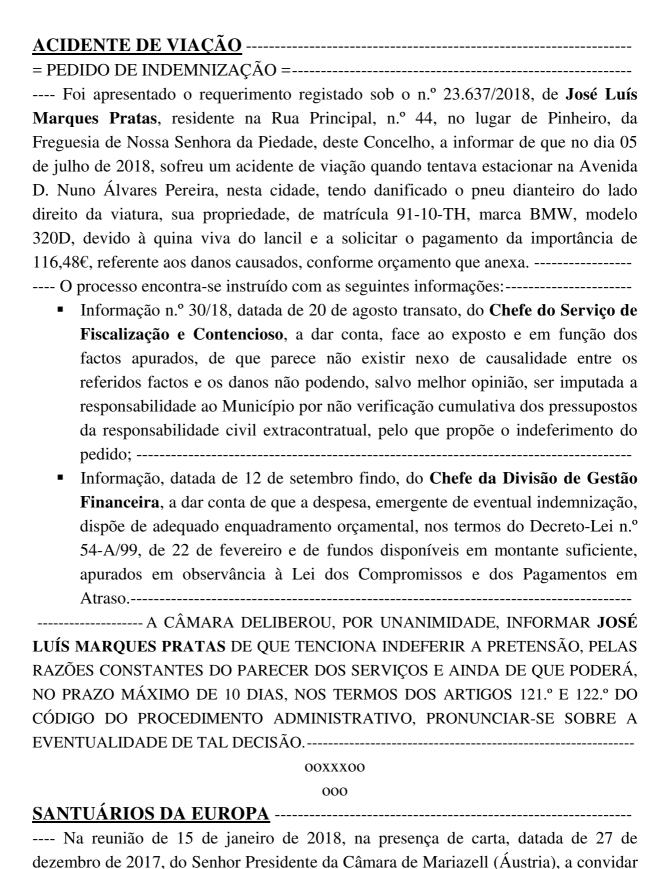


Foi apresentada a informação n.º 630/18, de 07 do mês findo, do Serviço de Ambiente e Sustentabilidade, a propor a devolução da importância de 66,07€, a Maria Goreti Silva Gilvaia, residente na Avenida Beato Nuno, n.º 228, em

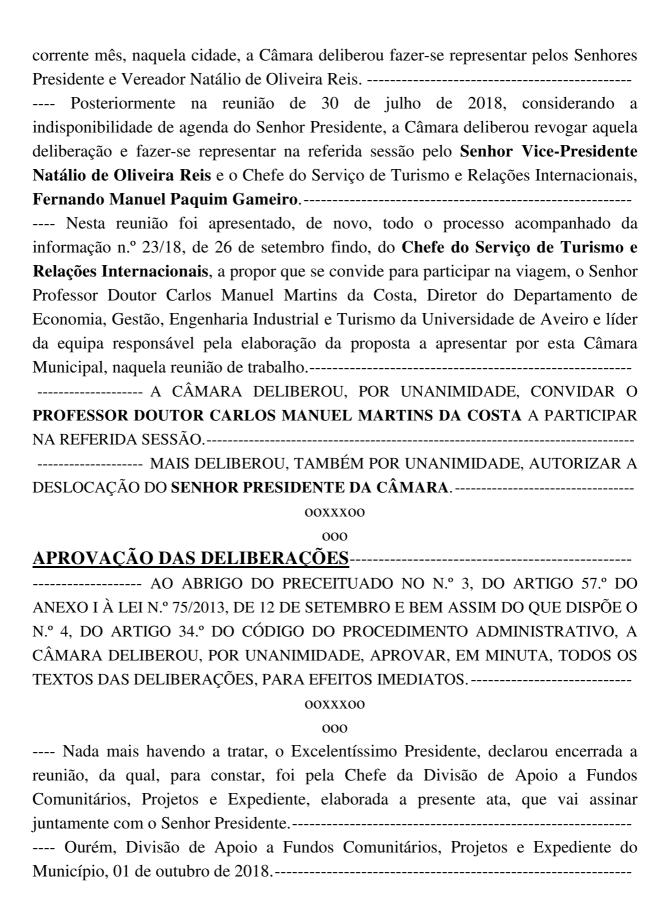








os membros dos "Santuários da Europa", para a sessão de trabalho a realizar no





O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE APOIO A FUNDOS COMUNITÁRIOS, PROJETOS E EXPEDIENTE,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 01/10/2018

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2018.07.16;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos;
- = Aprovação de atas Reunião de Câmara de 17 de setembro de 2018.

1.2. GABINETE DE APOIO À VEREAÇÃO

= Programa de Desenvolvimento Rural 2020 - Reprovação de projetos - Proposta n.º 14/2018, de 24 de setembro, do Senhor Vereador Rui Manuel Simões Vital.

1.3. GABINETE DE PROTEÇÃO CIVIL

= Autorização prévia para ações de (re)arborização – Carta registada sob o n.º 32.317/2018, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Carlos Manuel Antunes Francisco.

2. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Auditoria ao Município de Ourém Carta, datada de 17 de setembro findo, da LCA Leal, Carreira & Associados, SROC;
- = Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. Proposta de Protocolo de Colaboração Saúde Oral Para Todos Carta regista sob o n.º 31.992/2018, da entidade;
- = INSIGNARE Associação de Ensino e Formação Proposta de protocolo Informação n.º 26/18, de 20 de setembro, da Divisão de Gestão Financeira (DGF);
- = Projeto de Regulamento da Taxa Municipal de Ocupação Turística Informação n.º 90/18, de 07 de setembro, do Chefe da DGF;
- = Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão Caxarias Pedido de apoio financeiro Carta registada sob o n.º 23.013/2018, do agrupamento de escolas;
- = Feira Nova de Santa Iria 2018 Proposta de patrocínio Informação n.º 94/18, de 17 de setembro, do Chefe da DGF;
- = Montamora Sport Clube Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Proposta de protocolo Informação n.º 95/18, de 18 de setembro, do Chefe da DGF;
- = Projeto "Desenvolvimento integrado de gestão territorial na vertente florestal" Carta enviada por correio eletrónico no dia 27 de julho de 2018, pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;
- = Projeto "Melhoria da Mobilidade Transporte a Pedido no Médio Tejo" Carta enviada por correio eletrónico no dia 13 de setembro de 2018, pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;
- = Associação Anjos da Pedra Fátima BTT Club Proposta de contrato-programa Informação n.º 98/18, de 21 de setembro, do Chefe da DGF;



- = Empréstimo de curto prazo 2019 Informação n.º 99/18, de 21 de setembro, do Chefe da DGF;
- = Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2019 Informação n.º 100/18, de 21 de setembro, do Chefe da DGF;
- = Freguesia de Urqueira Pedido de apoio na reconstrução de habitação destruída por incêndio Ofício n.º 62/18, datado de 13 de setembro de 2018, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia;
- = P151/2017 Acordo Quadro de Eletricidade da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo Informação n.º 405/18, de 25 de setembro, do Setor de Contratação Pública e Aprovisionamento (SCPA);
- = P125/2018 Coordenação de Segurança da Empreitada de "P148/2017 Redes de drenagem de águas residuais na Freguesia de Fátima Casa Velha, Eira da Pedra e Fátima Antiga", pelo prazo de 365 dias Informação n.º 389/18, de 12 de setembro, do SCPA;
- = P151/2018 Contratação de serviços de arqueologia em regime de avença, pelo período de 18 meses Informação n.º 391/18, de 14 de setembro, do SCPA;
- = P152/2018 Serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança da Empreitada de "Reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém e sua Adaptação para Espaços Museológicos" Informação n.º 394/18, de 14 de setembro, do SCPA;
- = P155/2018 Aquisição em lotes, de equipamento informático para os serviços do Município (computadores, monitores, teclados, ratos e colunas) e aquisição de computadores e impressoras para os estabelecimentos do Pré-escolar e 1.º Ciclo Informação n.º 401/18, de 24 de setembro, do SCPA;
- = Armazém Municipal Informação n.º 368/18, de 27 de agosto de 2018, do SCPA;
- = Alienação de imóvel no Bairro 25 de Setembro Ourém Informação n.º 85/18, de 18 de setembro, do Setor de Património (SP);
- = P070/2016 Requalificação Urbana da Avenida D. Nuno Álvares Pereira Nossa Senhora da Piedade Ourém Aprovação da minuta de contrato adicional Informação n.º 89/18, de 26 de setembro, do SP:
- = Alienação de viatura usada de passageiros, marca BMW, modelo 525D Hasta pública Informação n.º 88/18, de 24 de setembro, do SP;
- = Ourémviva Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A. Proposta de alienação de armazém sito na Zona Industrial de Ourém Casal dos Frades Seiça Ofício n.º 350/2018, datado de 26 de setembro, da Comissão Liquidatária da empresa municipal.

3. DIVISÃO DE APOIO A FUNDOS COMUNITÁRIOS, PROJETOS E EXPEDIENTE

3.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE, ARQUIVO E REPROGRAFIA

= Ampliação do número de compartes ou constituição de compropriedade – Requerimento registado sob o n.º 31.586/2018, de Pedro Pereira Rodrigues, sobre prédios sitos na Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias.

4. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL

- = Tarifário de venda de água Atribuição de tarifa social Utilizadores domésticos:
 - 1. Informação n.º 578/18, de 12 de setembro, da Divisão de Educação Ação Social (DEAS);
 - 2. Informação n.º 579/18, de 12 de setembro, da DEAS;
 - 3. Informação n.º 585/18, de 18 de setembro, da DEAS;



- = Regulamento de Apoio à Natalidade e à Infância Análise de candidaturas:
 - 1. Informação n.º 586/18, de 19 de setembro, da DEAS;
 - 2. Informação n.º 587/18, de 19 de setembro, da DEAS;
- = Atividades de enriquecimento curricular 1.º Ciclo do Ensino Básico Ano letivo 2018/2019 Aprovação do plano de pagamentos Informação n.º 590/18, de 21 de setembro, da DEAS;
- = Pedido de Apoio de Ação Social Direta Informação n.º 594/18, de 25 de setembro, da DEAS;
- = Protocolos de cooperação Fornecimento de refeições escolares aos alunos do Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico Informação n.º 595/18, de 25 de setembro, da DEAS.

5. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS URBANOS

- = Constituição de fundos fixos de caixa e abono para falhas Retificação Informação n.º 671/18, datada de 07 de setembro, do Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos (DOMSU);
- = Pedido de calçada Carta registada sob o n.º 27.032/2018, da Comissão da Fábrica da Igreja de Nossa Senhora do Livramento.

6. DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

= Pedido de destaque – Requerimento registado sob o n.º 1421/2018, de Alfredo Gomes Rosa.

7. SERVIÇO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Pedidos de autorização de descarga de águas residuais em ETAR:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 29.075/2018, da firma Vieira de Sousa & Simões, Limitada;
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 30.932/2018, do Montamora Sport Clube Associação Desportiva, Recreativa e Cultural;
- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's:
 - 1. Devolução de verba, por motivo de rotura:
 - Informação n.º 628/18, de 07 de setembro, do Serviço de Ambiente e Sustentabilidade (SAS);
 - Informação n.º 629/18, de 07 de setembro, do SAS;
 - Informação n.º 630/18, de 07 de setembro, do SAS;
 - Informação n.º 649/18, de 14 de setembro, do SAS;
 - Informação n.º 650/18, de 14 de setembro, do SAS;
 - 2. Prescrição de dívida acumulada Informação n.º 651/18, de 14 de setembro, do SAS.

8. SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

= Acidente de viação – Pedido de indemnização – Requerimento registado sob o n.º 23.637/2018, de José Luís Marques Pratas, sobre acidente ocorrido na Rua Avenida D. Nuno Álvares Pereira, nesta Cidade, no dia 05/07/2018.

9. SERVIÇO DE TURISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

= Santuários da Europa – Informação n.º 23/18, de 26 de setembro, do Chefe do Serviço de Turismo e Relações Internacionais.



Câmara Municipal de Ourém, 26 de setembro de 2018

O Presidente da Câmara

Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque



DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 17-09-2018 a 27-09-2018

Processo nº	Requerente	Local
1219/2018	Abílio Costa Fonseca	Pinheiro -Freguesia de Nossa Senhora da Piedade
14669/2018	Agroparreira – Sociedade de Agrícola, Lda.	Rua B - Zona Industrial de Casal dos Frades - Freguesia de Seiça
1502/2018	Celeiro do Moleiro, Lda.	Rua dos Moinhos - Freguesia de Alburitel
1243/2018	Congregação Cristã em Portugal	Rua do Monreal – Casal Castanheiro, Freguesia de Nossa Senhora da Piedade
1528/2018	Eloise Brites Santos	Rua do Outeiro – Outeiro do Murtal - Freguesia de Atouguia
1592/2018	Evangelino Vieira Braçal	Rua Teófilo Braga – Ourém - Freguesia de Nossa Senhora da Piedade
1590/2018	Joel Saraiva Gil	Rua do Pinhal nº 2A – Abades – da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
1624/2018	Manuel Lopes Freire	Estrada Nacional 356 - Casal Castanheiro – Freguesia de Nª Sª da Piedade
1625/2018	Manuel Oliveira Ferreira	São Sebastião - Freguesia de Atouguia
1336/2018	Resifat,,Lda.	Moita Redonda – Freguesia de Fátima
680/2017	Seminário do Verbo Divino	Rotunda Nª Sª da Encarnação nº 101- Freguesia de Fátima
1488/2018	Silvino António Leite da Cruz	Rua dos Poços, nº 72- Freguesia de Fátima

Ourém, 01 de outubro de 2018



SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 17/09/2018 a 28/09/2018

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
30996	Ass. Cultural Recreativa de Urqueira	Manifestação desportiva
31599	Confatil, Construções e Turismo, Ld. ^a	Inspeção de elevador
31597	Vitoria Hotel	Inspeção de elevador
31596	Vitoria Hotel	Inspeção de elevador
31367	Condomínio Edifício Divinos	Inspeção de elevador
31366	Condomínio Edifício Fonte Nova	Inspeção de elevador
32133	Condomínio Edifício Aljustrel	Inspeção de elevador
31830	Clínica Dentária João Gameiro	Inspeção de elevador
31598	Hotel Avenida de Fátima, Ld.ª	Reinspecção de elevador
31368	Condomínio Edifício João Paulo II	Inspeção de elevador
31911	Ordem Padres Carmelitas Descalços Portugal	Inspeção de elevador
30634	Pravi-Projeto de Apoio a Vítimas Indefesas	Peditório
31365	Fábrica da Igreja paroquial de Urqueira	Licença de ruído
30415	Nelson Amorim da Silva	Concessão terreno no cemitér
31702	ACRVP-Associação Cultural e Recreativa de Vale do Porto	Licença de ruído
27355	Idalina de Sousa Ferraz Nogueira	Inumação de cadáver
31916	José de Jesus Oliveira Branco	Renovação da licença de guarda noturno
32134	Mário dos Reis Gil	Renovação da licença de guarda noturno
31900	Câmara Municipal de Cascais	Parecer de passagem
30624	Irmandade de Santa Casa Misericórdias Fátima-Ourém	Manifestação desportiva
31695	Colégio de São Miguel	Manifestação Desportiva



Ourém, 01 de outubro 2018

Vítor Manuel de Sousa Dias

Chefe do Serviço de Fiscalização e Contencioso



APOIO FINANCEIRO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A INSIGNARE – ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E FORMAÇÃO "CHRISTMAS IN EUROPE – FÁTIMA 2017"

PREÂMBULO

Considerando que:

- a prossecução do Interesse Público Municipal, igualmente concretizado por entidades legalmente constituídas e que visem fins de natureza económica e socialmente relevantes, constitui um auxiliar inestimável na promoção do maior desenvolvimento dos Municípios;
- 2. os municípios dispõem de atribuições no domínio da promoção do desenvolvimento económico, de acordo com a alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 3. As ações de promoção de Fátima no contexto do Turismo Religioso visam consolidar a marca "Fátima".
- 4. A consolidação da marca "Fátima" depende, nomeadamente, da competitividade dos agentes económicos locais.
- 5. O município de Ourém e a Insignare Associação de Ensino e Formação mantêm uma parceria activa para promoção e desenvolvimento económico no concelho de Ourém.
- 6. A Insigare realizou em dezembro de 2017, um evento designado de Christmas In Europe Fátima 2017, o qual decorreu com enorme êxito, tendo participado diversas comitivas de escolas e municípios estrangeiros.
- 7. Não obstante o sucesso da realização promovida, esta atividade denotou um saldo negativo no valor de 15.387.08 euros.

Pelo exposto e nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre



PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém representado neste ato pelo Vice-Presidente da respetiva Câmara Municipal, Natálio Oliveira Reis;

е

SEGUNDO OUTORGANTE: INSIGNARE – Associação de Ensino e Formação, pessoa coletiva com o NIPC 502 964 685, com sede rua Dr. Francisco Sá Carneiro, Edifício Paço do Conde, na cidade de Ourém, representada neste ato por Carina João Reis Oliveira, na qualidade de Presidente da Direção.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª (Objeto)

Constitui objeto do presente Protocolo a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da ação "Christmas In Europe – Fátima 2017"

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 15.387,08€ (Quinze Mil, Trezentos e Oitenta e Sete Euros e Oito Cêntimos), de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- 3. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.



CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a. 7.693,54 euros em outubro de 2018;
 - b. 7.693,54 euros em novembro de 2018.
- 2. O pagamento segunda e última prestação está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior e de relatório final onde constem, designadamente, as metas atingidas.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

4.	O pagamento	será	efetuado	por	transfe	rência baı	ncária, p	oara a	conta	bancária	a da
	Insignare – Ass	sociaç	ão de En	sino	e Forma	ação, com	o númer	o de id	entifica	ção ban	cária
					,	da	(entidad	е	ban	cária
				, C	onforme	consta no	Anexo -	– I, que	faz pa	rte integr	ante
	do presente pro	otocol	0.								

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- b) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito



do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;

- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito
- g) Inserir o logótipo do Município de Ourém no âmbito das atividades objeto de apoio;

CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA 7.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação do apoio técnico e financeiro concedido pelo Primeiro Outorgante.



CLÁUSULA 8.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

CLÁUSULA 9.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

CLÁUSULA 10.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

CLÁUSULA 11.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.



CLÁUSULA 12.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA DÉCIMA 13.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto nas Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:	
Câmara Municipal:	
	eende folhas às quais se juntamfolhas adas pelos Outorgantes, à exceção da folha mos.
Celebrado aosvalidade, destinando-se cada um deles aos se	, em dois exemplares de igual teor e
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
reio riillello Outorgante,	reio Segundo Outorgante,
Natálio Oliveira Reis	Carina João Reis Oliveira



APOIO FINANCEIRO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E O MONTAMORA SPORT CLUBE "AQUISIÇÃO DE PISO INTERIOR DESPORTIVO"

Considerando que:

- O Montamora Sport Clube pretende adquirir um piso desportivo para instalar nas suas instalações, tendo em vista a melhoria das condições para a prática do ténis de mesa.
- 2. O clube irá disputar a 3.ª divisão do Campeonato Nacional de ténis de mesa.
- 3. As receitas próprias da associação são insuficientes para a prossecução do investimento a executar.
- 4. Os municípios dispõem de atribuições no domínio do equipamento rural e urbano, e dos tempos livres de acordo com as alíneas a) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Pelo exposto e nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque;

е

SEGUNDO OUTORGANTE: Montamora Sport Clube, pessoa coletiva com o NIPC 503 045 047, com sede na rua do Casalinho, n.º 41, Amoreira, 2490-303 Fátima, Freguesia de Fátima, representado neste ato pelo Presidente da Direção, Sérgio Manuel da Cruz Lopes.



O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª (Objeto)

Constitui objecto do presente contrato a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da "Aquisição de Piso Interior Desportivo".

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio Financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 5.744,56 euros (Cinco Mil, Setecentos e Quarenta e Quatro Euros e Cinquenta e Seis Cêntimos) de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- O montante do apoio corresponde a 85% do valor inicialmente previsto realizar pela entidade no âmbito da despesa definida em objeto, excluindo o IVA à taxa legal em vigor.
- 3. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no n.º 1 da presente cláusula.
- 4. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado, tendo em observância que ficará indexado ao montante máximo de 85% da despesa realizada considerada elegível no âmbito do presente contrato.

CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a. 2.872,28 euros (Dois Mil, Oitocentos e Setenta e Dois Euros e Vinte e Oito Cêntimos), em outubro de 2018;
 - b. 2.872,28,euros (Dois Mil, Oitocentos e Setenta e Dois Euros e Vinte e Oito Cêntimos), em dezembro de 2018.



- 2. O pagamento da segunda e última prestação está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efectuar a apresentação de documentos de despesa e respectivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respectiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

4.	O pagament	o será e	fectuado	por trar	nsfer	ência banc	ária,	para a conta ba	ancária do
	Montamora	Sport	Clube,	com	0	número	de	identificação	bancária
						da	е	ntidade	bancária
					_, co	nforme de	claraç	ão em Anexo -	- I, a qua
	faz parte integrante do presente contrato-programa.								

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);



- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito.
- g) Não afetar a outras finalidades, nem alocar, alienar ou por qualquer outro modo onerar, no todo ou em parte, os bens adquiridos no âmbito deste apoio, durante o seu prazo de vida útil legalmente estabelecido, sem a prévia autorização do Primeiro Outorgante.
- Manter o investimento afeto à respetiva atividade, pelo menos durante dez anos, contados a partir da conclusão da execução financeira prevista no presente contrato.
- i) Comunicar ao Primeiro Outorgante o início da realização dos trabalhos a executar.

CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- c) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- d) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA 7.ª

(Acompanhamento e fiscalização do objecto de apoio)

A implementação física do objecto de apoio será sujeita a fiscalização por equipa definida pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos documentos de despesa relacionados.



CLÁUSULA 8.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, junto do bem adquirido, do montante total de investimento, bem como do montante comparticipado pelo Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA 9.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

CLÁUSULA 10.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

CLÁUSULA 11.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.



CLÁUSULA 12.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA 14.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações: Câmara Municipal: _______ Assembleia Municipal: ______ O presente Protocolo de Colaboração compreende ____ folhas às quais se juntam _____ folhas respeitantes aos Anexos, que irão ser rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da folha ___, em virtude de conter as assinaturas dos mesmos. Celebrado aos (____) dias do mês de ______ de 2018, em dois exemplares de igual teor e validade, destinando-se cada um deles aos seus Outorgantes.



Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque	Sérgio Manuel da Cruz Lopes



APOIO FINANCEIRO

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A ASSOCIAÇÃO ANJOS DA PEDRA – FÁTIMA BTT CLUB: "ATLETA DE ALTA COMPETIÇÃO, DAVID JOÃO SERRALHEIRO ROSA"

Considerando que:

- 1. Em conformidade com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro e nos termos do Regulamento de Apoio ao Associativismo Cultural e Desportivo do Município de Ourém, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 58, de 24 de março de 2010, é competência do Município de Ourém apoiar clubes e atletas de alta competição na área do Município, que pelo seu desempenho nacional e internacional, se constituam como prováveis participantes nos jogos olímpicos.
- 2. É pretensão do Município de Ourém apoiar o desenvolvimento desportivo de uma forma coerente e sustentada e enquadrá-lo nas necessidades locais e dos atletas, na capacitação dos mesmos para a prática desportiva ao nível da competição.
- 3. O investimento no desporto de alta competição constitui também um importante veículo promocional para o Município de Ourém e um instrumento de formação e de dinâmica dos seus cidadãos.
- 4. A identificação e projeção de motivações e interesses locais, regionais e nacionais, é impelida pelos praticantes que acedem à prática desportiva e que pelos resultados obtidos se constituem como um referencial para a população em geral e para a juventude em particular.
- 5. O atleta David João Serralheiro Rosa tem vindo a participar num conjunto de provas pontuáveis de nível internacional com vista à qualificação para os Jogos Olímpicos de 2020, sendo o melhor português no ranking internacional, conquistando vários títulos de campeão nacional de elite de XCO.

F1.71 01/10/2018 Anexo VI



Pelo exposto e nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, é celebrado o presente protocolo entre:

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque;

SEGUNDO OUTORGANTE: Associação Anjos da Pedra – Fátima BTT, pessoa coletiva com o NIPC 510 358 870, com sede na Rua 13 de Maio, edf. 2001, Fátima, Freguesia de Fátima, representado neste ato pelo Presidente da Direção, Ricardo Gomes da Silva.

е

TERCEIRO OUTORGANTE: David João Serralheiro Rosa, pessoa singular com o NIF 246 529 830, residente na Rua dos Moinhos da Fazarga, Fátima, Freguesia de Fátima, atleta da associação Anjos da Pedra – Fátima BTT.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

(Objeto)

O presente contrato-programa tem como objetivo definir os apoios a conceder ao Segundo Outorgante, em função do cumprimento de um conjunto de objetivos específicos por parte do atleta de alto rendimento, David João Serralheiro Rosa.

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio Financeiro)

 O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 10.000,00 euros (Dez Mil Euros) de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.



- 2. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no n.º 1 da presente cláusula.
- 3. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.

CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a. 5.000,00 euros (Cinco Mil Euros), em outubro de 2018;
 - b. 5.000,00, euros (Cinco Mil Euros), em maio de 2019.
- 2. O pagamento da segunda e última prestação está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efectuar a apresentação de documentos de despesa e respectivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respectiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

4.	O pagamento	será efectuado po	or transferênc	ia ban	cária, pa	ra a conta	bancária da
	Associação A	Anjos da Pedra -	Fátima BTT	Club, d	com o n	úmero de i	dentificação
	bancária				da	entidade	bancária
			, confo	rme de	claração	em Anexo	- I, a qual
	faz parte inted	grante do presente	contrato-prog	rama.			

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- b) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;



- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito;
- g) Manter o vínculo com o atleta de alto rendimento David João Serralheiro Rosa, até ao final de 2019;
- h) Garantir o apoio cedido pelo Primeiro Outorgante ao Terceiro Outorgante.

CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

CLÁUSULA 6.ª

(Obrigações do Terceiro Outorgante)

O Terceiro Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Manter o vínculo contratual/associativo com o Segundo Outorgante até ao final de 2019:
- b) Desenvolver os seus treinos, tendencialmente, nas instalações/espaços da área territorial do Município de Ourém;



- c) Disponibilizar-se para participar em ações diretas e/ou indiretas de promoção do desporto pelo dinamizadas pelo Primeiro Outorgante;
- d) Manifestar, de forma explícita sempre que prestar declarações públicas sobre a sua atividade desportiva, o apoio concedido pelo Município de Ourém;
- e) Identificar e usar, sempre que possível, no equipamento ou material de treino, o brasão do Município de Ourém;
- f) Cumprir um plano de preparação de forma a participar nas provas de qualificação e preparação para os Jogos Olímpicos de 2020, conforme documento Anexo – II.

CLÁUSULA 7.ª

(Devolução do apoio)

O Primeiro Outorgante reserva-se no direito de terminar e/ou extinguir a devolução dos apoios já concedidos sempre que ocorra uma das seguintes situações:

- a) Condutas anti-desportivas;
- b) Doping;
- c) Incumprimento dos pontos previstos na cláusula 4.ª;
- d) Interrupção da atividade desportiva antes do final de 2019.

CLÁUSULA 8.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.



CLÁUSULA 9.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- O Acompanhamento e Controlo do presente contrato competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

CLÁUSULA 10.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente contrato pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

CLÁUSULA 11.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA 12.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA 13.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e vigorará até 31 de dezembro de 2019.



Aprovações:	
Câmara Municipal:	
Assembleia Municipal:	
	oreende folhas às quais se juntam er rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da s dos mesmos.
Celebrado aos () dias do mês de igual teor e validade, destinando-se cada um	de 2018, em dois exemplares de deles aos seus Outorgantes.
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque	Ricardo Gomes da Silva
Terceiro Outorgante,	

David João Serralheiro Rosa



ANEXO - II

Eventos a participar:

- Fevereiro de 2019: 4 Stage: MTB Lanzarote UCI S2;
- Março de 2019: Taça de Portugal #1;
- Março de 2019: Taça de França #1;
- Abril de 2019: Taça do Mundo #1;
- Abril de 2019: CIMTB Araxá UCI SHC (Brasil);
- Abril de 2019: Vayamundo C1 (Bélgica);
- Maio de 2019: La Rioja (Espanha) UCI S1;
- Maio de 2019: Taça do Mundo #2;
- Maio de 2019: Taça do Mundo #3;
- Junho de 2019: Taça de Portugal #4;
- Julho de 2019: Taça do Mundo #4;
- Julho de 2019: Taça do Mundo #5;
- Julho de 2019: Campeonato Nacional;
- Agosto de 2019: Trans Moravia UCI S2;
- Agosto de 2019: Taça do Mundo #6;
- Setembro de 2019: Campeonato Mundial;
- Setembro de 2019: Taça de Portugal #5;
- Setembro de 2019: Jelenia Gora (Polónia) UCI HC;
- Outubro de 2019: Brasil Ride UCI S1.